Doutor Pedro de Pezarat Correia

O REFERENCIAL

FRANCO CHARAIS

Falta estudar os órgãos de poder do MFA

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Martins Guerreiro | Nº 126 | Julho – Setembro 2017

A25A

GALERIA

A25A

Cravo com espinhos
Rosete Rodrigues
Acrílico 60X100

Arquivo A25A

4 EDITORIAL
Dois militares de Abril, Martins Guerreiro

8 TEMA DE CAPA
Tenente-coronel "capitão de Abril" mandou libertar presos de Caxias | **10**
Eu e os órgãos de poder do MFA, Manuel Franco Charais | **12**

28 HISTÓRIAS DE ABRIL
Doutor Pedro de Pezarat Correia com distinção e louvor por unanimidade, J.A.S | **28**
Introdução Geral, pré-publicação do capítulo da tese de doutoramento de Pedro de Pezarat Correia | **34**
Entrevista com Pedro de Pezarat Correia: "A participação de Portugal na descolonização nas colónias de África foi a que tinha de ser feita", José António Santos | **38**
As Escolas na A25A em 2017, Marília Afonso | **58**
25 de Abril comemorado em São Paulo | **61**

62 OPINIÃO
Identidade Nacional como argumento populista, Manuel Pedroso Marques | **62**
Catástrofes. Responsabilidades e Atitudes, Martins Guerreiro | **68**

81 CARTAS/LIVROS
Alípio de Freitas, carta de Guadalupe Magalhães Portelinha | **81**
Gurra e Sociedade, livro de Pedro de Pezarat Correia apresentado em Lisboa | **81**

82 BOLETIM
Convites | **82**
Falecimento de Associados | **83**
Ofertas | **85**
Viagens da A25A em 2018 | **86**

88 JANGO
Afeganistão cemitério de impérios, Pedro de Pezarat Correia | **88**

"O REFERENCIAL" ERROU

Na edição anterior atribuímos a A. Belo o crédito da fotografia de Vítor Lorena Birne a discursar no Rossio, publicada na página 12. Na verdade, o seu autor é Armando Isaac. Também, na rubrica "Ofertas à A25A" foi mencionada a doação do livro "Folhas Soltas de uma Vida – Memória de uma Mulher do Século XX", da autoria de Laura Alves, quando a autora, de fato, é Laura Lopes. Pelos lapsos involuntários pedimos desculpa aos visados e, também, aos leitores.

Dois militares DE ABRIL

MARTINS GUERREIRO

Como é de inteira justiça, este número de "O Referencial" dá especial relevo a dois militares de Abril: os generais Manuel Franco Charais e Pedro Pezarat Correia.

Franco Charais vive há largos anos no Algarve e desde então iniciou uma nova "carreira", agora no domínio da pintura artística, tendo já obra muito significativa e participação em múltiplas exposições por todo o País e no estrangeiro.

A Associação 25 de Abril convidou Franco Charais para mais um Almoço com História.

Decidiu "O Referencial" publicar na íntegra a síntese escrita e resumir a sua intervenção oral nesse almoço, onde, de uma forma sintética, relata a relação e intervenção nos órgãos do poder do MFA desde 1974 a 1982.

Não foi até hoje dado o devido relevo à importância fundamental da intervenção de natureza política e militar do então tenente-coronel Franco Charais na defesa e salvaguarda do Programa do MFA e na libertação dos presos políticos de Caxias.

O interessante é que tais acções, ocorridas no dia 25 de Abril à noite e nos dias seguintes, foram desenvolvidas por iniciativa do próprio, sem acordo prévio com outros elementos do MFA, como era o caso de Vítor Alves, que convidara Franco Charais para integrar o Movimento dos Capitães.

Franco Charais chefiava uma secção do EME, onde prestava serviço, e tinha como colaboradores diretos Vítor Alves, Sanches Osório e Rocha Vieira. Participou também nas reuniões conjuntas dos três ramos onde se elaborou a versão final do Programa do MFA, o que lhe permitiu ter a noção da importância de promover, no próprio dia 25 de Abril, à noite, a publicação, sem que tal estivesse previsto, do Programa do MFA, que tinha a oposição do general Spínola.

No Quartel da Pontinha, essa oposição foi vencida por Franco Charais, primeiro só, e mais tarde com o apoio de Vítor Crespo.

Bastava esta acção para que fosse enorme a dívida do País e do povo português para com Franco Charais. Mas não se ficou por aqui a sua acção em defesa da liberdade e da democracia. Foi por sua iniciativa e ordem, sem consultar qualquer elemento da Junta de Salvação Nacional, que foram libertados todos os presos de Caxias.

Embora assinalados, estes dois momentos essenciais do 25 de Abril e dias seguintes não viram até hoje reconhecida a sua verdadeira paternidade.

É com pleno sentido de justiça e reconhecimento que "O Referencial" aqui salienta, entre os homens do 25 de Abril, Franco Charais como o autor de tais iniciativas e decisões, fundamentais para o nosso processo de libertação e democratização.

Queremos, também, assinalar a opinião de Franco Charais sobre o general Costa Gomes, outro grande nome do nosso processo de libertação e democratização, a quem a sociedade, os responsáveis políticos e os estudiosos ainda não fizeram a justiça nem prestaram a homenagem devidas.

Dotado de invulgar sensibilidade humana e artística, inteligência aguda e pensamento próprio sobre a sociedade portuguesa e o seu desenvolvimento, Franco Charais, continuou, ao longo do período de vigência da Comissão Coordenadora do Programa e posteriormente no Conselho da Revolução e no Comando da Região Militar Centro, a desempenhar um papel fundamental, até à extinção do Conselho da Revolução.

Outro militar de Abril, pertencente, tal como Franco Charais, a uma geração anterior aos capitães, Pedro de Pezarat Correia — a quem "O Referencial" prestou recentemente o devido preito quando deixou as funções de director da nossa revista — teve a coragem e a ousadia de, numa etapa bem adiantada da sua vida, se doutorar na Universidade de Coimbra com uma tese que aborda a descolonização portuguesa, facto inédito numa universidade portuguesa por parte de um militar de Abril, com idade cronológica tão avançada.

PUBLICIDADE

MEDALHAS COMEMORATIVAS

No exercício do magistério dos valores de Abril a A25A exprime-se em várias linguagens e narrativas. O tempo e a história de Abril estão também contados através da expressão artística de diversos autores, vazada na impressiva comunicação da medalhística. A A25A dispõe de um acervo interessante de medalhas alusivas ao 25 de Abril e a outros momentos importantes da História Contemporânea de Portugal que podem ser adquiridas através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

O doutoramento deste nosso camarada e companheiro de Abril é para todos nós, homens e mulheres de Abril, um momento de particular significado e alegria, que não só dignifica o Doutor Pedro de Pezarat Correia, como dignifica todos os militares de Abril.

Não vou abordar aqui a sua tese, que é parcialmente objecto da entrevista que lhe é feita nesta edição de "O Referencial". É, porém, justo assinalar que esta tese, defendida em 2017 pelo "capitão de Abril" Pedro de Pezarat Correia, mereceu aprovação com Distinção e Louvor por Unanimidade, a nota máxima, num acto singular que prestigia a Universidade, a sociedade e a nossa democracia.

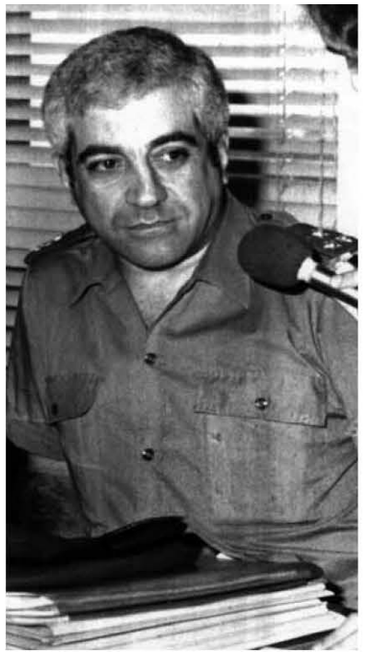
É notável que, aos 85 anos de idade, Pezarat de Correia, major-general do Exército Português e agora Doutor pela Universidade de Coimbra, mantenha toda a sua inteligência, capacidade intelectual e física e qualidades de trabalho de que mais uma vez deu provas ao escolher este processo de doutoramento que testemunha a sua integridade moral.

Nos momentos de defesa da tese e no almoço que se lhe seguiu, o ambiente vivido em Coimbra foi de grande alegria, satisfação e carinho pelo nosso Doutor de Coimbra.

Abordamos, também, neste número, a recente tragédia de Pedrógão Grande e a preparação ou impreparação no nosso País para responder a tragédias deste tipo ou outras catástrofes naturais. Lança-se um apelo para um debate sobre a necessidade e importância da existência de um Serviço Cívico Nacional, de carácter obrigatório, visando a transmissão à nossa juventude dos valores de um Estado Republicano Democrático e da dignidade humana.

Destaque, ainda, para o artigo de Manuel Pedroso Marques e, finalmente, para a habitual coluna de Pedro de Pezarat Correia, "Jango".

Manuel Barão Matos Gomes



TENENTE-CORONEL "CAPITÃO DE ABRIL"

mandou libertar presos de Caxias

O GENERAL MANUEL FRANCO Charais protagonizou a oitava iniciativa dos "almoços com história", dia 21 de junho, na sede da A25A.

Assertivo, foi direito ao assunto: "orgulho-me de ter feito a Revolução [era então tenente-coronel] e de ter sido frequentemente saneado pela comunicação social que, às segundas, quartas e sextas me considerava 'fascista', e, às terças, quintas e sábados me apelidava de 'comunista'".

Estava dado o mote para a palestra em que o autor se apresentava fiel à sua condição: militar honrado, leal às suas convicções, coerente no pensamento e na ação.

Colocou de lado o discurso que prepara para a palestra, escrito em 14 páginas A4 ("Eu e os órgão de poder do MFA"), e preferiu percorrer, de improviso, o itinerário ali traçado.

Palavra solta, por vezes emotiva, porém, sem nunca se afastar da realidade fatual pontuada por detalhes preciosos, Franco Charais vai desfiando memórias como quem preenche e ilumina de cores a tela vazia. Passados mais de 40 anos sobre os fatos enunciados, é o próprio protagonista a oferecer o seu testemunho impressivo e a fixar a história para a posteridade.

Espírito arguto, quando ingressa no movimento conspirativo e depois no período revolucionário, decide fixar-se em Vítor Alves e Vasco Lourenço, intuindo que todos os acontecimentos neles acabariam por se cravar: a parte política, no primeiro; a fração militar no segundo.

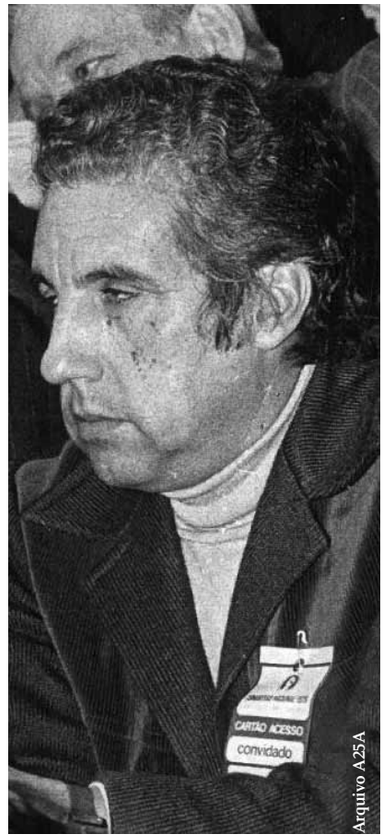
Senhor de convicções próprias, leal e de autêntica frontalidade, sempre se assumiu por inteiro perante superiores. Essa qualidade causou-lhe alguns dissabores (na sua narrativa – "saneamentos") quanto entendeu ser seu dever empertigar-se perante generais da Junta de Salvação Nacional ou diante do Presidente da República, sobretudo, durante o período da Revolução. Sem se intimidar pelas "estrelas" defendeu, até ao fim, a pureza do Programa do Movimento das Forças Armadas e na solidão do anfiteatro da Cova da Moura teve a intuição luminosa de mandar libertar todos os presos da prisão de Caxias.

Da comunicação de Franco Charais transparece enorme respeito pelo general Costa Gomes, a inteligência e clarividência súbtil empregues em momentos tão delicados da Revolução, ao ponto de já no período de perguntas e respostas, a concluir, afirmar com ênfase: "Ninguém ultrapassava Costa Gomes que nunca se deixou vender a ninguém!"

O rosto ilumina-se-lhe quando recorda que avanços e recuos do período revoluncionário, contradições e convergências, do poder popular à extrema-direita, o que o COPCON fez ou deixou de fazer e todos os Dinis de Almeida, tudo isso – salientou – "foi isso que conduziu à Constituição de 1976".

O documento "Eu e os órgãos de poder do MFA" de Franco Charais é pois um relevante contributo para a fixação da história do 25 de Abril. Ponto a ponto, revela fragmentos ampliados numa sucessão de mosaicos, plano onde a compreensão histórica se descobre melhor. Acresce que Franco Charais entende, e bem, apesar do muito que já se escreveu e disse sobre o 25 de Abril, faltar ainda um estudo sobre os órgãos de poder do Movimento das Forças Armadas. A palestra que proferiu no oitavo encontro dos "Almoços com História" da A25A foi, também, um desafio aos historiadores para se debruçarem sobre o assunto.

"O Referencial" cumpre a sua parte, naquilo que considera como imperativo editorial, ao registar nas páginas seguintes, integralmente, este contibuto tão impressivo de Franco Charais.



General Franco Charais

EU E OS ÓRGÃOS DE PODER DO MFA

Arquivo A25A

Miguel Judas (de costas), Pereira Pinto, Franco Charais, Almada Contreiras, Vasco Lourenço, Melo Antunes e Canto e Castro, em Sesimbra , numa reunião de apresentação do "Plano Melo Antunes " à Comissão Coordenadora do MFA, em Fevereiro de 1975

MANUEL FRANCO CHARAIS

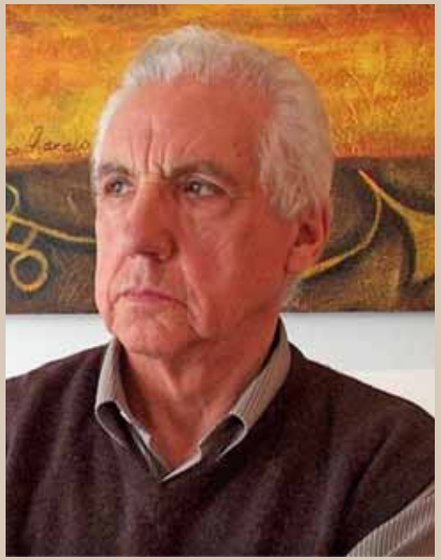
1.PORQUE ADERI AO MOVIMENTO DOS CAPITÃES

- Constatei que as leis do País e ordens dos meus superiores não eram dogmas inquestionáveis. Serviam um senhor e o seu séquito.
- A grande maioria da população vivia com inaceitáveis carências económicas, culturais e políticas, dominada por uma minoria que concentrava em si as riquezas de um vasto território que se estendia do Minho a Timor.
- Cerca de dois milhões de portugueses, impedidos de circular no seu território dito uno e indivisível, tiveram que procurar a sua sobrevivência noutros países europeus e americanos.
- Cerca de um milhão de brancos dominavam e exploravam mais de vinte milhões de pretos em territórios coloniais (denominados ultramarinos).
- As percentagens de analfabetismo eram de 30 por cento para a população branca e de cerca de 98 por cento para a população preta.
- A ditadura, de quase meio século, sobrevivia apoiada por um poder financeiro e económico, por forças armadas e militarizadas, por uma polícia política, por uma censura sobre os órgãos de comunicação social, por uma justiça subserviente e que tinha como principal inimigo o comunismo, Desmantelar este sistema político exigiria força armada, determinação, tempo e o apoio da maioria da população, condições que a sociedade civil dificilmente conseguiria reunir.
- Portugal, orgulhosamente só, era frequentemente condenado pelas Nações Unidas e os movimentos de libertação, armados, tinham cada vez maior apoio da comunidade internacional.
- Numa reunião dos representantes dos Exércitos Português, Sul-africano e Rodesiano, onde representei o Estado-maior do Exército, tomei conhecimento de que uma independência sob hegemonia branca de Angola e/ou de Moçambique não teria qualquer apoio daqueles países

africanos dado o número reduzido de brancos que viviam naquelas colónias.
- Dois planos, de aquisição de munições e materiais de guerra, realizados nos princípios de 1974 na 4.ª Rep do EME, ao irem ser dotados com um décimo das suas necessidades, mostravam que a guerra estava falida. Com a agravante de nos estar proibida a aquisição de materiais em países da NATO e estarmos restringidos aos mercados israelita e sul-africano. Mesmo que fossem atribuídas as dotações necessárias não teríamos, em tempo, mercado para a aquisição dos materiais necessários. Por esta altura fui integrado numa comitiva do CEME que visitou Cabo Verde e Guiné-Bissau, pelo que alarguei a minha percepção sobre o erro político do prolongamento da guerra.
- Era minha convicção que o prolongamento dos conflitos armados com as populações das colónias conduziria, inevitavelmente, ao corte de relações entre a população da Metrópole e aquelas populações.
- Assim, na secção da 4.ª Rep do EME onde tinha como subordinados os majores Vítor Alves, Rocha Vieira e Sanches Osório, tendo sido sondado pelo primeiro a aderir ao Movimento dos Capitães imediatamente aceitei.

2.ÓRGÃOS DE PODER DO MFA

- Acompanhei o major Vítor Alves a uma reunião do Movimento em Cascais, onde compareceram largas dezenas de capitães, com representações de cerca de sete centenas de outros oficiais. Na reunião foi aprovada para a chefia do Movimento os generais Spínola e Costa Gomes. Foi aprovada a primeira organização do Movimento: um grupo de oficiais encarregar-se-ia da elaboração de um documento político que obrigasse todos os militares, outro grupo elaboraria e executaria uma ordem de operações para a tomada do poder pelo MFA.
- O documento político foi escrito por oficiais dos três ramos das Forças Armadas em reuniões que ocorreram em várias casas dos arredores de Lisboa (nas quais tive a honra de colaborar) e que tomou a designação de Programa do Movimento das Forças Armadas. O teor do documento final foi aceite pelos generais indigitados e uma comissão denominada de Coordenadora do Programa, formada por três oficiais do Exército, dois da Marinha e dois da Força Aérea foi mandatada para fiscalizar o seu cumprimento. O documento continha uma nova organização do MFA: a Junta de Salvação Nacional (JSN) constituída por sete generais que assumiriam as funções de PR e chefias militares dos três ramos das FA´s.
- Em 25 Abril de 1974 a um sinal difundido pela rádio o País é ocupado de norte a sul por centenas de capitães comandando outros oficiais, sargentos e soldados sob o comando do major Otelo Saraiva de Carvalho.
- Acompanhando o major Vítor Alves desloquei-me ao comando operacional do Movimento onde tive oportunidade de assistir à forma como o major Otelo, tenentes-coronéis Fisher Lopes Pires e Garcia dos Santos, major Sanches Osório e comandante Vítor Crespo assumiam o controlo da totalidade do País e à tentativa do general Spínola


A25A

BIOGRAFIA BREVE

TENENTE-GENERAL REFORMADO do Exército, Manuel Ribeiro Franco Charais nasceu no Porto (Cedofeita) a 24 de fevereiro de 1931.
Fez os cursos da Academia Militar, Geral e Complementar do Estado-Maior do Exército, e de Defesa Nacional. Serviu em unidades militares de Vendas Novas, Açores, Madeira, Figueira da Foz, Lisboa (EME), Moçambique e Angola. Comandou a Região Militar Centro (Coimbra). Foi presidente da Comissão de Contas e Apuramento de Responsabilidades do Exército. Cumpriu missões militares em França, Bélgica, Inglaterra, África do Sul, Cabo Verde e Guiné. Foi condecorado com a Ordem da Liberdade, medalha de ouro de Serviços Distintos com Palma, é Cavaleiro da Ordem Militar de Avis e detentor do grande colar da Ordem da Liberdade. Recebeu a medalha de Mérito Militar de Espanha e medalhas comemorativas das campanhas em África.
Foi professor de Matemática e Fisico-Química em colégios partiiculares e no Seminário do Funchal. É autor de mais de mil trabalhos de pintura artística e exposições em quase todas as cidades portuguesas, em Espanha, Alemanha e Áustria. Em França, como pintor, foi convidados de honra no primeiro concurso de pintura Angoulême. É autor de “O Acaso e a História” e “História Viva”, Âncora Editora.
Foi comandante dos Bombeiros Voluntários do Funchal, participou como co-autor num projeto técnico de cooperação que envolveu um grupo de 25 individualidades portuguesas e empresas em Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Principe, que chefiou durante treze anos.
No posto de tenente-coronel aderiu ao Movimento dos Capitães e colaborou na redação do Programa do Movimento das Forças Armadas. Foi eleito para o Conselho de Estado, pertenceu ao Conselho dos Vinte e ao Conselho da Revolução (1974-1982). Participou em missões à Roménia, Bulgária, União Soviética, USA, Canadá, Holanda, Luxemburgo e Alemanha, sendo que as cinco últimas visaram contactos com imigrantes portugueses.

Arquivo A25A

Emídio Guerreiro (então líder do PSD) com Vasco Lourenço e Franco Charais, na Assembleia Constituinte, Abril de 1976

tentar substituí-los por oficiais que o acompanhavam. Pude sugerir a Spínola que mandasse trazer ao posto de comando o chefe da DGS preso no quartel e que o obrigasse a ordenar a rendição e deposição de armas dos seus subordinados que, na defesa da sua sede, estavam a causar mortos entre a população.

- À noite voltei ao quartel da Pontinha no momento em que os generais da Junta se preparavam para ir à televisão. Informei o general Spínola que iria distribuir à imprensa o Programa do MFA. Disse-me que não concordava com o documento, insisti que o iria distribuir e acabámos no gabinete do comandante da Pontinha, eu a ler linha por linha o Programa na presença dos generais da Junta e alguns dos seus oficiais à ordem. Valeu-me a intervenção do general Galvão de Melo dizendo que não percebia as dúvidas dos generais da Junta. Ou concordavam e faziam parte da Junta, ou não concordavam e iam-se embora. Devido ao grande atraso combinou-se que iriam à TV e que voltariam para continuarmos a discussão. Já com a presença dos oficiais da Comissão Coordenadora o documento "mereceu" a aprovação dos generais e foi dado a conhecer aos jornalistas por volta das 8 horas da manhã do dia 26.

- Decidi não voltar ao EME e "coloquei-me" no EMGFA. Descobri nas instalações da Cova da Moura um pequeno auditório onde um brigadeiro me informou ter em cofre informações preocupantes sobre o próximo 1.º de Maio. Fiquei com a chave do cofre, ignorei o assunto e o País vai viver a grande festa que foi o 1 de Maio de 1974.

- Medidas imediatas do Programa, para além do desmantelamento da estrutura do regime deposto, impunham a reestruturação e saneamento das forças armadas. Spínola informou que sanearia os generais e que o MFA saneasse os outros oficiais. Houve uma reunião numa das salas do Palácio de Belém, presidida pelo coronel Vasco Gonçalves, onde os oficiais presentes, devido ao prolongar das horas, saneavam camaradas com o polegar para cima ou para baixo. Pedi ao coronel que interrompesse a reunião e eu comprometi-me a apresentar uma solução mais condigna para o saneamento. Os oficiais presentes aceitaram e o MFA irá criar novos órgãos de poder, os Conselhos das Armas e Serviços. Fui eleito para o primeiro Conselho e pude comprovar o criterioso trabalho desenvolvido pelos seus elementos.

- No "meu" auditório recebi uma comunicação telefónica de um oficial da marinha encarregado da prisão de Caxias que, sujeito a pressões da população para libertar os presos, tinha recebido ordem do general Spínola para libertar os políticos e manter presos os de delito comum. Pensei apresentar o assunto ao CEMGFA mas decidi pedir ao capitão Menino Vargas para se deslocar a Caxias com ordem minha para que todos os presos fossem libertados. E assim aconteceu.

- Em maio, a Lei 3/74 irá melhorar o disposto no Programa do MFA e definir a estrutura constitucional transitória da organização política do País. Até à entrada em vigor da nova Constituição, elaborada numa Assembleia Constituinte os órgãos de poder seriam: o PR, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado (constituído pelos membros da Junta, sete representantes das FA´s e sete civis) e o Governo Provisório. Assim elementos da Comissão Coordenadora vão ocupar lugares no Conselho de Estado que passou a ter as seguintes competências: exercer poderes constituintes, sancionar diplomas do Governo Provisório, declarar a constitucionalidade de quaisquer normas, autorizar o PR a fazer a guerra e a paz, pronunciar-se sobre todas as emergências graves, pronunciar-se sobre a impossibilidade física do PR. A estrutura das FA´s independente do Governo Provisório ficou na dependência do Conselho dos CEM´s.

- O País, passada a alegre euforia dos primeiros dias, explodiu em compreensíveis exigências. Melhoria das suas condições de vida, aumento de salários, ocupação de casas, etc. Com a liberdade de reunião, expressão e pensamento, ausência de censura e boataria difundida pelos apoiantes do anterior regime, os capitães espalhados pelo país interrogavam-se sobre as consequências do que tinham feito. No auditório eu e o capitão Vasco Lourenço passamos a receber, ao fim do dia e durante várias semanas grupos de oficiais vindos de toda a parte do país ávidos de informações político/militares. Para mim isto foi importante pois constatei o prestígio que Vasco Lourenço, regressado do exilio nos Açores, detinha entre os capitães não só do Exército mas também dos outros ramos das Forças Armadas e a sede de informações dos militares.

Arquivo A25A

O Conselho da Revolução apresentando cumprimentos de Natal ao Presidente da República, Ramalho Eanes

- Porque todos os problemas que iam surgindo apelavam para à intervenção do MFA vai surgir o "golpe Palma Carlos". O primeiro-ministro diz não conseguir governar sem a força das armas e vai demitir-se. Spínola tenta alterar o Programa do MFA fazendo-se eleger para a Presidência da República e transferir do MFA para si a legitimidade da revolução. A sua proposta vai ser rejeitada pelo Conselho de Estado e por um plenário de oficiais do MFA reunidos no auditório da Manutenção Militar. Sem conseguir nomear um primeiro-ministro civil, resta a Spínola indigitar para aquele cargo o coronel Vasco Gonçalves que vai levar para o seu governo os dois outros elementos do Exército da Comissão Coordenadora, major Vítor Alves e major Melo Antunes. Para os substituir fui eleito na Assembleia da Manutenção Militar atrás referida com os capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares, para um órgão de poder não institucional que, com os seus oficiais do Exército, da Marinha, Força Aérea e a presença de Vasco Lourenço, vai tornar-se no órgão mais poderoso do MFA.
- A Comissão Coordenadora passou a ter o seu local de trabalho no Instituto de Defesa Nacional, por onde irão passar os revolucionários do país e do exterior. Recordo a audiência pedida pelo CDS onde, na presença de toda a estrutura de topo do partido, Freitas do Amaral informa que dadas as dificuldades em exercerem as suas funções partidárias anuncia a inevitabilidade da sua dissolução. Respondi, à militar, que se consideravam que o seu programa era útil para o povo deveriam lutar por ele até com risco das próprias vidas. E o CDS viveu até aos dias de hoje. Apoiei o coronel Varela Gomes junto do CEMGFA na criação da 5.ª Divisão um novo órgão do MFA. Na sua ação irá colar-se demasiado a pareceres partidários pelo que censurei alguns artigos dos primeiros nove exemplares do Boletim do MFA e para melhorar o seu conteúdo apelei à colaboração do major Loureiro dos Santos e do Dr. Medeiros Ferreira, que aceitaram. Evitei a colagem de partidos, nomeadamente da esquerda revolucionária, à Comissão Coordenadora. Tentei impulsionar a Faculdade de Letras para a adaptação do método de Paulo Freire às necessidades de uma rápida alfabetização do País. Dada a carência de combustíveis devido a falta de divisas e restrições impostas do exterior, para minimizar a circulação de carros tentei em reuniões com representantes das Câmaras de Lisboa e Oeiras que o Estádio Nacional promovesse espectáculos informais que, nos fins-de-semana, atraíssem as populações às suas amplas instalações (as câmaras poderiam ter sido percussoras dos grandes espectáculos ao ar livre dos dias de hoje).
- Acompanhei o general Costa Gomes a Angola e Moçambique onde em Assembleias dos três ramos das Forças Armadas falámos na importância da sua força e determinação para a criação de condições para um debate franco e aberto do problema ultramarino e de uma política que conduzisse à paz. Mas a situação nas colónias vai agravar-se com os militares a exigir o regresso a casa e a irredutibilidade dos partidos armados pelo que a Junta teve que aprovar a Lei 7/74 que reconhecia aos povos coloniais o direito à autodeterminação e independência. Entretanto vão-se organizando, nas colónias, novos órgãos de poder do MFA.
- Os acontecimentos brotavam em catadupas e o MFA era chamado para os resolver. É criado o COPCON sob o comando de Otelo. Por todo o país discutem-se os conceitos socialistas, comunistas, sociais-democratas, democratas cristãos e várias espécies de poder popular. Os apoiantes do anterior regime, desiludidos por não surgir a ditadura militar que esperavam, criam condições para que uma manifestação (Maioria Silenciosa) empurre Spínola para a tomada do poder e eliminação do MFA. Na Junta há generais que apoiam a manifestação e a população mobiliza-se através de barragens nas estradas. O Governo Provisório está contra a realização da manifestação e a Comissão Coordenadora resolve tirar a confiança aos generais da Junta, com excepção de Spínola e Costa Gomes e colocar sob rodas todas as unidades que intervieram em 25 de Abril. Vasco Lourenço montou o dispositivo, contatando todos os comandantes e quando tudo pronto telefonei ao general Costa Gomes dizendo que o MFA retirava a confiança a cinco dos generais da junta, esperando que ele com Spínola resolvesse o problema. Agastado perguntou-me quem era eu para lhe dar

Arquivo A25A

Na Escola Prática de Engenharia em Tancos por ocasião da Assembleia do MFA, Setembro 1975, onde se reconhecem, nomeadamente, Rosa Coutinho, Pinheiro de Azevedo, Vasco Gonçalves, e Costa Gomes

ordens tendo-lhe respondido que as unidades do MFA estavam prontas para à ordem da Comissão Coordenadora ocuparem objectivos já previamente definidos.

- Com barragens nas estradas montadas pela população, Spínola tenta a declaração do estado de sítio que lhe permitirá adquirir a liberdade de acção para a concretização das suas ideias para o país. Convoca uma reunião com a Comissão Coordenadora que lhe responde com um documento escrito e assinado por todos os seus membros onde é retirada a confiança do Movimento a cinco generais da Junta e, dada a confusão que a actividade dos órgãos de soberania estava a provocar no País, a necessidade de preservar a unidade das FA´s através da sua correta informação pelo que se propunha a criação de assembleias de militares onde essa informação seria prestada pelos responsáveis políticos e militares. Determinado no seu objectivo de conseguir a declaração do estado de sítio, convoca uma reunião do Conselho de Estado que faz iniciar com uma informação semi-catastrófica feita por um oficial general e do súbito aparecimento do ministro da Defesa dizendo que corria sangue nas barragens montadas pelas populações. Sabendo que tal não era verdade interrompi a cena propondo que o CEMGFA sobrevoasse a região de Lisboa e arredores e informasse correctamente o Conselho. E assim se fez. Acompanhei o general Costa Gomes numa viagem de helicóptero e constatamos a ausência de qualquer alteração da ordem pública. O Conselho de Estado não declara o estado de sítio e Spínola resolve resignar do cargo de Presidente da República.

- Cada vez mais Costa Gomes e os elementos da Comissão Coordenadora temem pela eclosão de uma guerra civil, por divisões entre militares instigados por civis e por partidos. Também seria de esperar, perdida a oportunidade da Maioria Silenciosa, ataques mais poderosos dos poderes financeiro e económicos e de militares e civis ligados ao anterior regime. Assim o MFA vai criar uma nova organização político/militar formada pelo Presidente da República, Chefias Militares, Comissão Coordenadora, primeiro-ministro, comandante do COPCON (órgão que passou a designar-se por Conselho da Revolução), a Assembleia do MFA e as Assembleias do Exército, da Marinha e da Força Aérea. A minha intenção de que estas assembleias tivessem como fim exclusivo a troca de informações vai ser adulterada pelos próprios PR e primeiro-ministro ao aproveitá-las para a aprovação de decisões. Naturalmente irão atrair o interesse dos partidos e da comunicação social e para evitar conluios entre militares e civis propus a Costa Gomes que fossem diversificados os locais das Assembleias do MFA. E assim as reuniões passaram do auditório do Instituto de Defesa Nacional, onde a Comissão Coordenadora passou a ter a sua sede, para os auditórios da Marinha, da Força Aérea e as últimas para Tancos, na Região Militar do Centro.

- Por razões atrás referidas, Costa Gomes resolve – e bem – acumular a Presidência da República com a chefia das Forças Armadas tornando-se, assim, numa poderosa referência para todos os militares. À guerra que os apoiantes do anterior regime vão incrementar, vai somar-se uma outra que irá opor socialistas contra comunistas, acicatada por elementos da extrema-direita e extrema-esquerda. De facto, porque após o 25 de Abril os partidos que tinham alguma organização e quadros (MDP/CDE e PCP) tinham ocupado lugares nas estruturas saneadas, PS, PSD e CDS vão tentar afastá-los destas estruturas. Lutava-se, já, pela supremacia partidária.

- Entretanto o poder financeiro coloca os seus proveitos no exterior deixando o País à míngua de divisas. O poder económico a braços com litígios entre patrões e trabalhadores boicota, também do exterior, as exportações ao ponto de ser exigido o pagamento prévio de todas as importações que nos eram necessárias. Nos latifúndios cessam as actividades económicas e os donos chegam a incendiar as searas. Como resposta surge a necessidade de nacionalizações, de novas organizações de trabalhadores (como a unicidade sindical), de uma reforma agrária.

- Como o MFA também vai falando em socialismo as populações vão privilegiando o PS tornando-o o partido mais forte. Perita na guerra anticomunista, a extrema-direita infiltrada vai incrementar esta guerra, ampliando-a ao exterior anunciando a proximidade da implantação de um regime comunista em Portugal e empurrando Spínola para a salvação da Pátria. Spínola morde o isco da matança da Páscoa e conseguindo apoio na Força Aérea, nos paraquedistas e civis ligados ao regime anterior tenta a tomada do poder. O golpe esboroa-se

Arquivo A25A

Reunião da Junta de Salvação Nacional com a Comissão Coordenadora do MFA, Março de 1975

quando os paraquedistas se apercebem que o PR, general Costa Gomes, não apoia o golpe.

- Confirmadas as divisões entre militares, as Assembleias do MFA, do Exército, da Marinha e da Força Aérea vão servir de almofada entre a missão do MFA (contida no seu Programa) e propostas revolucionárias de poder popular apoiadas por militares do COPCON, Governo Provisório e militares de unidades da Região Militar de Lisboa. Determinado, o MFA vai conseguir que a Assembleia Constituinte seja eleita em 25 de Abril de 1975, formada por 116 deputados do PS, 61 do PPD (PSD), 29 do PCP, 16 do CDS, 5 do MDP/CDE, 1 da UDP e 17 Independentes ficando, então, a conhecer-se a verdadeira força dos partidos.

- Evidentemente que os poderes financeiros e económicos feridos com as nacionalizações da banca, das indústrias base, reforma agrária, vão tentar interferir nos trabalhos daquela Assembleia e no processo de independência de Angola (onde detinham interesses importantes), atiçando as lutas partidárias (ao ponto de armas militares serem entregues a civis), incendiando sedes de partidos, implementando acções bombistas pelo norte do País, bem como lutas pelo controlo de jornais e rádios e do próprio cerco à Assembleia Constituinte. Como Pinheiro de Azevedo recusou qualquer intervenção das FA´s, a Comissão Coordenadora, a partir de Belém, tentou saber quem controlava o cerco. Soube que o cerco era da responsabilidade da esquerda revolucionária que queria influenciar os constituintes para a nacionalização dos solos urbanos (na sequência das suas ocupações de casas devolutas) e conseguiu mobilizar o PCP (única força política com força para se opor à esquerda revolucionária) para se infiltrar na manifestação e controlar a mesma, acção que concluiu só na manhã do dia seguinte, o que permitiu a saída dos deputados.

- Temendo a inoperância do COPCON e considerar importante cercar a Região de Lisboa, de acordo com os militares da Comissão Coordenadora, propus no Conselho da Revolução que elementos do Exército do Conselho comandassem, em acumulação com as suas funções, as Regiões Militar do Norte, do Centro, do Sul e de Lisboa. Com esta adenda à organização do MFA pretendia-se, aliás como desde os primeiros dias da revolução, evitar a todo o custo uma guerra civil.

- No comando da Região Militar do Centro assumi a missão de melhorar a disciplina e capacidade operacional nas unidades militares e, nas relações com a sociedade civil, contribuir para que não fossem parar às secretárias do primeiro-ministro ou do PR assuntos que poderiam ser resolvidos localmente, o que estava a acontecer.

- Em Coimbra, de acordo com os governadores dos distritos de Aveiro, Guarda, Viseu, Coimbra, Tomar, Leiria, Abrantes e Castelo Branco, criámos informalmente o Conselho da Revolução do Centro. Reuníamos uma vez por mês, trocávamos informações sobre assuntos da revolução e a forma como iam sendo resolvidos problemas nos diferentes distritos. Com um elemento do MFA e outras individualidades cada governador poderia constituir o seu Conselho. Mais tarde, numa reunião com todos os departamentos da Universidade de Coimbra e Associação de estudantes, presidida pelo reitor, foi acordado que problemas da Região poderiam ser apresentados na Universidade para serem resolvidos, com a cooperação de alunos e professores.

- Para obter coesão militar, reuni frequentemente com os capitães e majores do MFA, visitei todas as minhas unidades com ou sem aviso prévio, fazendo parte da visita uma reunião obrigatória com todos os oficiais, sargentos e praças, promovi a realização de fogos reais com unidades de artilharia e infantaria, sendo um dos últimos com a colaboração de apoio aéreo. Consegui a colaboração da PSP e da GNR para a realização com as nossas unidades de dois tipos de exercícios (A e B), um para a instalação de barragens nas estradas e outro para a defesa de pontos sensíveis (um telefonema meu para o meu CEM accionava imediatamente o exercício). Capitães comandantes das unidades da Região Militar do Norte colocaram-se sob o meu comando até ser mudado o comando daquela Região. Com o apoio do CEME e comandante do Depósito Material de Guerra retirei todas as culatras das armas nele armazenadas que foram escondidas na minha Região. Prevendo uma manifestação tipo RASP de Vila Nova de Gaia ataquei os SUV com o seu próprio slogan “reaccionários fora dos quarteis já”

Arquivo A25A

Conferência de Imprensa da Comissão Coordenadora do MFA sobre a unicidade sindical: Miguel Judas, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Franco Charais, Almada Contreiras, Pereira Pinto, e Pinto Soares

explicando nas reuniões gerais nas Unidades que quem estivesse contra o Conselho da Revolução e contra o comandante da Região era reaccionário e deveria ser afastado da Unidade. Defendi sedes do PCP em Aveiro e Leiria. Promovi a realização em Tancos das Assembleias do MFA e do Exército. Fui convidado para uma reunião de sargentos em Tancos, onde os sargentos paraquedistas questionaram a minha presença. Acabaram por abandonar a reunião e os outros sargentos dos três ramos das FA´s pediram-me desculpa por aquele comportamento informando-me que eles estavam totalmente isolados (estávamos nas vésperas do 25 de Novembro).

- Ciente da força do MFA que circundava Lisboa, força polarizada no PR e no próprio Vasco Lourenço, ignorei a guerra de documentos. Das estruturas de poder do MFA foi o COPCON que deu mais preocupações. Com efeito, talvez devido ao facto de Otelo se ter tornado uma figura carismática a nível nacional e internacional não conseguiu manter uma permanente ligação aos homens que comandou em 25Abril. As duas unidades comandadas por Jaime Neves e Salgueiro Maia tinham uma melhor ligação a Vasco Lourenço do que ao Otelo. O seu documento, bem como os outros apresentados por militares não chegavam para desviar o MFA do apoio à solução que iria ser definida pela Assembleia Constituinte. Assinei o Documento dos 9 que me foi trazido a Coimbra pelo almirante Vítor Crespo, porque não colidia com os trabalhos da Constituinte e permitiria mostrar onde residia o poder do MFA. Como consequência o Conselho da Revolução saneou os membros que assinaram o documento, decisão que ficou sem efeito pouco tempo depois. Fundamentalmente porque a força das armas do MFA estava do lado dos elementos saneados (elementos da Comissão Coordenadora). Consciente desta força, enfrentei sem pestanejar ser saneado pelos governadores de distrito do MDP/CDE, pela universidade de Coimbra e respectiva associação académica e, mesmo saneado, assistir a uma reunião do CR presidida pelo almirante Pinheiro de Azevedo e a seu convite.

- Os acontecimentos precipitam-se. Vasco Gonçalves é demitido para dar lugar ao almirante Pinheiro de Azevedo. As Assembleias reunidas em Tancos não aceitam que Vasco Gonçalves seja nomeado CEMGFA. Eu também não porque dada a agitação que grassava entre militares discordava que Costa Gomes deixasse a chefia directa das FA´s. Telefonei ao almirante Pinheiro de Azevedo e perguntei-lhe se se atrevia a desempenhar o cargo de primeiro-ministro tendo por CEMGFA Vasco Gonçalves. Mandou-me um helicóptero a Coimbra, aterrei num dos páteos do Palácio de Belém e fui directo para uma reunião com ele, o PR e Vasco Gonçalves. Expus a minha opinião e regressei a Coimbra no mesmo meio de transporte. O COPCON, dada a fraqueza de Otelo (as suas mais importantes unidades comandadas por Jaime Neves e Salgueiro Maia dependiam mais de Vasco Lourenço do que dele próprio) irá ser substituído pelo AMI (Agrupamento Militar Independente), com forças de paraquedistas de comandos e de fuzileiros, mas devido à ordem de destruição com explosivos dos emissores da Rádio Renascença, em breve iria ser dissolvido. A falta de força na região de Lisboa que dificultava que Vasco Lourenço assumisse o Governo Militar obrigou-o a preparar uma nova estrutura chefiada por Eanes. Com esta nova estrutura foi possível transpor o 25 de Novembro.

- Eanes é nomeado chefe do EME e Vasco Lourenço governador Militar de Lisboa, colmatando-se assim um súbito desejo de revanchismo sobre os jovens do MFA pelos quadros

superiores das FA´s. Como por milagre a situação política/militar vai acalmar. Com efeito, Angola apesar do esforço da extrema-direita portuguesa (coluna do FNLA comandado por um oficial português tentando tomar Luanda) tinha-se tornado independente. As forças políticas, com o cerco da população à Constituinte e os acontecimentos de 11 de Março e 25 de Novembro e os conflitos partidários e militares, compreendem a dificuldade de controlarem as FA´s. Vai ser assinado um pacto entre o MFA e as principais forças políticas e um novo órgão de poder do MFA vai fazer parte da nova Constituição que entra em vigor em 25 de Abril de 1976. Durante um período de transição (que terminaria na segunda legislatura com a promulgação de uma lei de revisão constitucional) o MFA vai permanecer num órgão constitucional que manteve o nome de Conselho da Revolução formado pelo PR, chefes militares, primeiro-ministro se for militar e catorze oficiais (oito do Exército, três da Força Aérea e três da Marinha) designados pelos respectivos ramos das FA's. As competências do CR, como Conselho do PR, garante do cumprimento da Constituição (apreciação da constitucionalidade de quaisquer diplomas), garante da fidelidade ao espírito da revolução de 25 de Abril de 74 e legislar sobre matéria militar, vão ficar devidamente detalhados nos artigos 145.º a 149.º da Constituição de 1976. Para a apreciação da constitucionalidade das leis o CR dispunha duma Comissão Constitucional presidida por um membro do CR (designado Melo Antunes) e por oito juízes.

- Fui indigitado para este CR constitucional e para diminuir as extensas horas de reuniões ainda tive a oportunidade de propor a constituição de um pequeno grupo de trabalho que incluía os chefes dos três ramos (Comissão Militar), que discutiam previamente os assuntos militares e levavam as decisões tomadas à rápida aprovação do plenário do CR.

- Este órgão de poder do MFA, integrado num regime político democrático e pluripartidário, nascido de uma revolução que eliminou uma ditadura, vai exercer funções até 1982, impedindo a partidarização das FA´s, minimizando actos de revanchismo entre militares, civis e partidos políticos e, sobretudo, devolvendo o prestígio às FA´s, tornando Portugal admirado e respeitado na comunidade internacional. Os militares do MFA responsáveis por terem criado uma democracia pluripartidária sentem também orgulho por terem ajudado a gerar cinco novos países independentes que decidiram adoptar o português como língua oficial.

Termino prestando a minha homenagem a todos os camaradas com quem tive a honra de colaborar nos órgãos de poder do MFA e aos que nas unidades militares os apoiaram, permitindo-me também deixar um desafio aos historiadores militares e civis, sócios da Associação 25de Abril, para que, seguindo ou não o esquema desta intervenção, detalhem com maior rigor a importância das intervenções na sociedade portuguesa dos órgãos de soberania revolucionários e constitucionais do MFA institucionalizados entre 1974 e 1982.

Arquivo A25A

Vasco Lourenço, Vítor Alves e Otelo Saraiva de Carvalho

"...DA DESCOLONIZAÇÃO DO PROTONACIONALISMO AO PÓS-COLONIALISMO"
TESE APRESENTADA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Doutor Pedro de Pezarat Correia

com distinção e louvor por unanimidade

PEDRO JÚLIO DE PEZARAT Correia (PPC), general e capitão de Abril, obteve o grau de Doutor pela Universidade de Coimbra, com Distinção e Louvor por unanimidade.

"...Da descolonização Do protonacionalismo ao pós-colonialismo" eis o título da tese de doutoramento em Relações Internacionais – Política Internacional e Resolução de Conflitos, orientada pelo Prof. Doutor José Manuel Pureza e apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (UC) por PPC.

Na manhã de 19 de julho, na Sala Carlos Ribeiro da Galeria de Geologia e Mineralogia da UC, tendo por testemunhas rochas e minerais zelosamente guardados em expositores como memória do tempo de "Portugal de pedra e cal" e umas dezenas de amigos que ali o quiseram acompanhar, PPC compareceu perante o júri presidido por Teresa Pedroso Lima, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC; Boaventura Sousa Santos, professor catedrático jubiliado da Faculdade de Economia da UC e director do Centro de Estudos Sociais da UC; Luís Moita, professor catedrático jubilado da Universidade Autónoma e diretor da unidade de investigação OBSERVARE (Observatório de Relações Exteriores); Helena Carreira, professora associada do ISCTE – IUL, diretora da Escola de Sociologia e Políticas Públicas; Marcos Farias Ferreira, professor agregado do ISCSP da Universidade de Lisboa; Tiago Moreira de Sá, professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa; e José Manuel Pureza, professor de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da UC.

A25A

Pezarat Correia: a tese pretende contribuir para a clarificação da problemática da descolonização

PPC começou por apresentar o trabalho de 522 páginas, através do qual disse pretender "contribuir com uma elaboração conceptual e temática para a clarificação da problemática da descolonização em geral e das colónias portuguesas em África em particular, conferindo-lhe o tratamento e a dignidade de uma dissertação académica".

A25A

O júri da prova de doutoramento e o candidato num dos momentos da dissertação

Estruturado em três partes: Colonização e Descolonização; Transferência do Poder em Angola; e Conclusões e Bibliografia, o trabalho de PPC concorre para uma ideia esclarecedora de colonização e descolonização, duas faces da mesma moeda – o colonialismo.

Em diferentes momentos de arguição, os membros do júri elogiaram o candidato e o mérito do trabalho.

Luís Moita disse que "a universidade é que devia o doutoramento *honoris causa*" a PPC "pelos serviços prestados".

Marcos Farias considerou a tese uma "clarificação epistimológica do colonialismo".

José Manuel Pureza, sem se referir propriamente ao trabalho do candidato, disse que aquele momento fechava o arco iniciado em 1995 "quando arrancámos para a aventura de chamar as Relações Internacionais à Universidade".

Boaventura Sousa Santos considerou aquele ato académico como "um momento singular não apenas para a Universidade como para a sociedade e para a democracia em Portugal. Porque aqui está em causa não apenas uma tese nem uma pessoa, mas todo um coletivo, aqui presente de representação de capitães a quem tanto devemos a democracia e a possibilidade de hoje estarmos aqui a realizar este ato."

Já no final da arguição, PPC pediu licença para ler a dedicatória de um livro que afortunadamente lhe fora parar às mãos. Trata-se de "Mayombe", o romance de Pepetela, escrito em Cabinda 1970/71 e publicado em 1980, que Mari Alkatiri, dirigente da FRETILIN, oferecera

A25A

a Augusto de Carvalho (1934-2012) jornalista diretor-interino do "Expresso" e cooperante em Moçambique onde morreu. PPC disse pretender fazê-lo por entender que nesse pequeno texto se cruza muita história sobre o tema que acabara de tratar.

E leu, assim: "A todos quantos, de uma forma ou de outra, se simpatizam apoiam ou se identificam com a justa causa do Povo de Timor-Leste e da FRETILIN, os mauberes retribuem com a sua amizade sincera. Para si, caro Dr. Augusto de Carvalho, lhe ofereço este romance cuja grande importância reside na forma original como o seu autor procurou provar que os combatentes da Liberdade não são selvagens, nem semi-deuses. São sim, homens perfeitamente normais, com defeitos, vícios, mas também com virtudes, cujos princípios apoiam-se no amor pela paz, igualdade, independência nacional e progresso social. Lisboa 30.8.80. Mari Alkatiri"

Na sala, entre os assistentes, encontrava-se uma delegação da A25A constituida por cerca de quarenta associados, estando a Direção representada por Vasco Lourenço, Dulce Afonso e Soares Rodrigues.

Ramalho Eanes contava-se, também, entre os presentes, além de outros oficiais generais: Amadeu Garcia dos Santos, Durão Correia, Martins Guerreiro, Costa Neves, Bargão dos Santos, Ferreira do Amaral e António Marquilhas. Presentes, ainda, Otelo Saraiva de Carvalho e muitos outros capitães de Abril camaradas e amigos do novo doutor que com ele rasgaram

A25A

Pezarat Correia recebendo as felicitações de Ramalho Eanes

os caminhos do processo descolonizador e da liberdade.

PPC tinha a seu lado os filhos e netas, afinal, os principais destinatários a quem o autor dedica o trabalho, bem como à memória de Lúcia sua "companheira de vida cuja lembrança constante é uma presença que conforta".

Sobre a tese propriamente dita, da qual o autor retira uma conclusão final: "Sem o 25 de Abril Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização. Sem a descolonização Portugal teria falhado o seu encontro com a liberdade", demos a palavra a Pedro de Pezarat Correia através da pré-publicação da "Introdução Geral" e da entrevista que concedeu a "O Referencial", cujos documentos constam nas páginas seguintes. **J.A.S.**

BIOGRAFIA

PEDRO DE PEZARAT CORREIA nasceu no Porto, 16 de Novembro de 1932. Fez o curso liceal no Colégio Militar e a licenciatura em Ciências Militares na então Escola do Exército em 1954. Oficial general reformado desde 1986.

Participou em seis comissões durante a Guerra Colonial (Índia, Moçambique, Angola e Guiné). Integrou o Movimento dos Capitães, fez parte do Conselho da Revolução (1975-1982), comandou a Região Militar do Sul.

Co-fundador da Associação 25 de Abril e diretor de *O Referencial* (1992-2016).

Na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra instalou e lecionou a cadeira de Geopolítica e Geoestratégia. Conferencista no IDN, UAL e outros institutos superiores militares. Autor e coautor de dezenas de livros, opúsculos e trabalhos sobre geopolítica e geoestratégia, estratégia e conflitos, 25 de Abril, Guerra Colonial e descolonização, na bibliografia de Pedro de Pezarat Correia, nomeadamente, destacam-se: *Centuriões ou Pretorianos?*, Cadernos" de 'O Jornal', Lisboa, 1988; *Descolonização de Angola - A Jóia da Coroa do Império Português*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1991, e Ler & Escrever, Luanda, 1991; *Questionar Abril...*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994 e Editorial Caminho, Lisboa, 1994; *Angola – de Alvor a Lusaka*, Hugin Editores, Lisboa, 1996; *Manual de Geopolítica e Geoestratégia Vol. I Conceitos Teorias e Doutrinas*, Quarteto, Coimbra, 2002; nova edição atualizada e aumentada, de Almedina, Coimbra, 2010; *25 de Abril: Uma Leitura Geopolítica e Geoestratégica*, Cadernos da A25A, Associação 25 de Abril, Lisboa, 2003; *Manual de Geopolítica e Geoestratégia Vol. II Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*, Quarteto, Coimbra, 2004; nova edição actualizada e aumentada, de Almedina, Coimbra, 2010; no prelo nova edição, revista e reformulada, englobando os Vol I e II, pela Almedina; *Guerra e Sociedade*, Edições 70, Lisboa, 2017.

A25A

PRÉ-PUBLICAÇÃO

INTRODUÇÃO GERAL

PROPONHO-ME, COM ESTA TESE, baseado numa aturada investigação e análise de fontes documentais e bibliográficas, enriquecida com uma experiência de participação pessoal na guerra colonial nas quatro frentes (Goa, Moçambique, Angola e Guiné), no processo revolucionário decorrente do 25 de Abril de 1974 e na participação de Portugal no processo de descolonização, nomeadamente na fase da transferência do poder em Angola, desenvolver uma elaboração conceptual e temática que contribua para a clarificação epistemológica e histórico-política da problemática da descolonização em geral e das colónias portuguesas em particular.
Passadas mais de quatro décadas sobre a participação de Portugal nos processos de descolonização das suas colónias em África e no Extremo Oriente, apesar de já se contar com abundante intervenção bibliográfica e mediática na ex-potência colonial, continua a verificar-se um tratamento desta matéria nos media, mos meios políticos, militares e, mesmo, académicos que, evidencia vícios e equívocos de base que distorcem o seu contexto.
O objetivo essencial desta tese é identificar esses vícios e contrariar esses equívocos, contribuído para clarificar o entendimento do contexto. Na linha de uma preocupação que há muito vem dominando as minhas intervenções públicas sobre esta temática pretendo, com esta tese, acolhendo e interpretando novas abordagens, acrescentar novos dados e reunir, atualizar e sistematizar, toda a investigação e reflexão sobre ela acumuladas, conferindo-lhe o tratamento e a dignidade de uma dissertação académica.
Há, no entanto, uma ressalva que importa aqui introduzir. O que se vai tratar não é a descolonização das colónias portuguesas em África na sua extensão global mas, no essencial, a participação portuguesa nesse processo e encarada sob um ponto de vista português. Um tratamento completo e exaustivo da descolonização não dispensará pontos de vista das várias partes diretamente envolvidas, de Portugal e de cada um dos países antigas colónias, nomeadamente dos respetivos movimentos de libertação. Para isso este trabalho pretende ser, tão só, um mero contributo de um observador que se situava do lado do colonizador.

* * *

O trabalho, para além dos preliminares pré-textuais – Sumário, Lista de Acrónimos, Dedicatória, Agradecimento e Resumo –, compreende três Partes.
Na PARTE PRIMEIRA, tendo como base de partida o reconhecimento de que colonização e descolonização são dinâmicas de um mesmo processo histórico e sociológico, que convivem no tempo e no espaço em conflito permanente, o tema em análise corresponde ao terceiro ciclo do império colonial português, o africano, decorrente da Conferência de Berlim de 1885, durante o qual sobreviveram algumas parcelas residuais do ciclo asiático, Estado da Índia, Macau e Timor, nos quais o termo da soberania portuguesa passou por processos atípicos.
Depois do despertar dos povos africanos para a sua condição de marginalizados na sua própria terra, que se verificou nas primeiras décadas do século XX, a fase mais crítica do confronto entre as dinâmicas da colonização e da descolonização teve lugar nos anos 60 e 70.
A análise, inscrevendo-se numa perspetiva holística na qual se cruzarão diversos ramos das ciências sociais, políticas e militares, com aflorações à geopolítica e à história, à geoestratégia e à polemologia, procura explorar as seguintes questões:

- Como a colonização portuguesa nos três ciclos do império, do oriente, sul-americano e africano, se bem que afetada pela condição semiperiférica e dependente de Portugal, se inseriu no fenómeno global das colonizações europeias que se seguiram aos "descobrimentos" do Renascimento.
- Como o encerramento da colonização portuguesa se inscreveu, ainda que tardiamente, no fenómeno global do termo dos impérios coloniais europeus no continente africano, apesar dos esforços do governo de Lisboa para manter o "caso português" à margem desse processo.
- A descolonização como processo prolongado e faseado cujo protagonismo coube ao colonizado e que, para este, incluiu a tomada de consciência, a luta de libertação, a transferência do poder, a independência e a consolidação da identidade nacional; a descolonização conviveu no tempo e em confronto com a colonização que a ignorou enquanto pôde, se lhe opôs quando já não a podia ignorar e a aceitou quando já não se lhe podia opor.
- A perspetiva viciada do colonizador, bloqueadora de uma rigorosa perceção da globalidade do processo de descolonização, resultante da tendência para o confundir, numa visão redutora, condicionada e distorcida, com a mera fase da transferência do poder, a única em que, assumidamente, participou.
- A guerra colonial, patamar armado da luta de libertação que o colonizado procurou manter confinada ao patamar político; a responsabilidade pelo seu desencadeamento; culminar violento de um processo, a colonização, todo ele marcado pela violência que, por contágio, tornaria igualmente violenta a descolonização; as quatro componentes da guerra colonial, complementares mas distintas, luta de libertação, conflito regional, guerra-fria, guerra civil.
- Guerra colonial, o nó górdio da descolonização; seu papel decisivo enquanto fator determinante do processo e na forma como terá condicionado, negativamente, todas as fases subsequentes:
  - na legitimação dos movimentos de libertação que, por terem assumido a condução das lutas armadas de libertação nacional viriam a ser reconhecidos pela ONU, pela OUA e por Portugal, como exclusivos representantes dos seus povos para as negociações;
  - na motivação, alimentação e agudização de contradições e conflitos internos no seio dos povos colónias, que estiveram na origem das guerras civis que se prolongaram para além das independências;

- na solicitação e promoção de intervenções armadas externas que perturbaram e, em alguns casos, até inviabilizaram transferências de soberania negociadas e acordadas entre as partes, portuguesa e nacionalistas;
- no contributo para despertar a consciência dos portugueses para a realidade colonial, até aí alheada do seu verdadeiro contexto, maioritariamente indiferente ou mesmo favorável à manutenção do império;
- como o seu prolongamento e deterioração, sem soluções à vista, minou o regime ditatorial e colonial, atingindo-o nos seus próprios pilares, o partido único, a igreja, a instituição militar e como terá inviabilizado qualquer projeto de abertura política na metrópole;
- no isolamento externo de Portugal, nas relações Estado a Estado e nas instâncias internacionais da ONU, da OUA e mesmo da OTAN, remetido ao apoio de Estados diplomaticamente marginalizados;
- na criação das condições imediatas para o surgimento da geração dos "capitães de Abril", na sua sensibilização para a injustiça e inviabilidade da guerra e para a inevitabilidade de lhe pôr termo; como a guerra estaria na base do derrube do regime ditatorial e colonial que introduziria Portugal no processo de descolonização;
- como, tornando urgente a obtenção da paz, condicionou e fragilizou a capacidade negocial portuguesa, nas conversações para as transferências da soberania.

▪ Os dois momentos decisivos para a entrada de Portugal no processo de descolonização e para a transferência do poder:

- o momento da rotura: 25 de Abril de 1974, com o derrube da ditadura colonial e o Programa do MFA; as contradições da Junta de Salvação Nacional que terão estado na origem do círculo vicioso que bloqueava as negociações (Portugal exigindo que os movimentos de libertação aceitassem o cessar-fogo como condição para se negociar o futuro das colónias, os movimentos de libertação exigindo que Portugal reconhecesse o direito das colónias à independência como condição para negociarem o cessar-fogo);
- o momento da clarificação: 27 de Julho de 1974, com a aprovação da Lei Constitucional 7/74; desbloqueamento do círculo vicioso e criação do clima de mútua confiança propiciador da dinâmica negocial.

▪ A descolonização e o processo revolucionário português, duas dinâmicas intimamente relacionadas, influências recíprocas e afetações mútuas nos respetivos percursos.

▪ As manobras obscuras, na fase terminal do regime colonial português, envolvendo tentativas unilaterais de independências pelas minorias brancas:

- em consequência ou em relação com "alianças celeradas", predominando influências e opções dos EUA e da África do Sul;
- geradoras dos mais graves obstáculos à transferência do poder e à normalização pós-colonial, nomeadamente em Moçambique e Angola.

Marginalmente, incluem-se breves referências às transferências do poder nas possessões do extremo oriente, que não se inscreveram no processo de descolonização: normalização de um facto consumado na Índia herdado do salazarismo; transição pacífica e cordial em Macau; processo inviabilizado em Timor pela anexação violenta da Indonésia e resistência dos timorenses, coroada com a independência.

* * *

A PARTE SEGUNDA corresponde a um estudo de caso. Trata-se de uma reflexão aprofundada sobre a particularidade da transferência do poder em Angola e da justificação para que fosse distinguida como paradigmática no processo de descolonização das colónias africanas:

▪ Caraterização da sua própria especificidade geoestratégica e do conjunto de fatores, estruturais e conjunturais, geográficos, económicos, humanos e históricos, que terão contribuído para que se evidenciasse como a "joia da coroa" do colonialismo português em África e alvo privilegiado da atenção e intervenção das superpotências e das potências regionais.

▪ Análise das razões porque, tendo sido pioneira na luta de libertação, terá vindo a constituir-se como o caso mais complexo da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional, isto é, o "rubicão" da descolonização: consequência de ser a joia da coroa do império português e objeto de ambições externas; pela incapacidade do movimento nacionalista em encontrar uma base unitária, cindindo-se em vários movimentos de libertação antagónicos que se conflituaram numa guerra civil prolongada, durante e depois da guerra colonial; enfrentando movimentações cisionistas em Cabinda; porque atraindo manobras visando soluções neocoloniais ou de independência liderada pela minoria branca.

▪ Registo das formas como, fracassado o Acordo do Alvor que deveria ter regulado a transferência do poder e a independência, em consequência de cisões internas, da fragilidade da parte portuguesa e de intervenções externas, se prolongou a guerra civil, o conflito regional e a guerra-fria em Angola, perturbando dramaticamente a consolidação da identidade nacional; e como a ONU, depois de assumir com o Acordo de Bicesse o compromisso de velar pela manutenção da paz e da instauração de um sistema democrático, fracassou todos os seus propósitos, de tal fora que o processo angolano só se viria a encerrar pela força das armas.

*

A PARTE TERCEIRA será a das Conclusões, que contém sínteses das Partes Primeira e Segunda: recusa as teses da "descolonização exemplar" ou da "descolonização possível"; pelo contrário, acolhe a tese de que, tendo em conta os condicionamentos (Resoluções da ONU, paradigmas políticos da época assentes no nacionalismo negro, guerra colonial e urgência de lhe pôr fim, crise do fim da ditadura e do processo revolucionário), a participação portuguesa na descolonização foi a que tinha de ser feita, isto é, reconhecer o direito à independência, negociar com os movimentos nacionalistas que tinham travado a guerra de libertação, recusar modelos neocoloniais ou de tipo *apartheid*, assegurar a cooperação futura com os novos Estados independentes. A paz como resultante de tudo isto. Foi este o pensamento estratégico que presidiu ao envolvimento de Portugal na descolonização, de que Melo Antunes foi o principal artífice e que só o 25 de Abril de 1974 tornara possível.

Por fim, esta Parte inclui a referência a toda a bibliografia consultada e que serviu de suporte à investigação.

ENTREVISTA COM PEDRO DE PEZARAT CORREIA

“A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL na descolonização nas colónias de África foi a que tinha de ser feita”

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

PASSADO POUCO MAIS de um mês sobre a data em que defendera tese de doutoramento em Coimbra, o doutor Pedro de Pezarat Correia (PPC) aceitou falar a “O Referencial”. A entevista decorreu, na sede da A25A, dia 30 de agosto. Durante mais de duas horas, explicou conceitos essenciais que iluminam o seu

A25A

Pezarat Correia: A independência nunca é uma concessão

pensamento sobre colonização, guerra colonial, transferência de soberania, processo de descolonização. Detém-se perante uma ideia de Melo Antunes que ele próprio acompanha: "A participação de Portugal na descolonização nas colónias de África foi a que tinha de ser feita" e justifica a imagem que atravessa toda a sua tese: "Sem o 25 de Abril Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização. Sem a descolonização Portugal teria falhado o seu encontro com a liberdade". A sessão fotográfica ocorreu, dias depois, em casa de PPC, na Ericeira.
Eis o resultado da entrevista.

– Em primeiro lugar, pedia-lhe que nos revelasse os motivos para concluir a sua tese de doutoramento nesta fase da sua vida.
– Além de ter participado no processo de descolonização e de ao longo de anos ter refletido e escrito sobre a matéria, talvez por isso, fui-me apercebendo de equívocos e de derminados tabús da sociedade portuguesa relativamente a esta matéria. Entendi, por isso, ser meu dever contribuir para o seu esclarecimento e decidi fazê-lo na forma de uma dissertação académica.

– Como assim?
– Quando fui convidado para republicar alguns títulos que já tinha escrito sobre o assunto, decidi proceder a uma reflexão mais aprofundada. Da revisão e análise desses livros, nasceu a ideia do trabalho académico que, acrescido de outros estudos e reflexões, entretanto realizados, já sob metodologias e orientação científicas, deu corpo à minha tese.

– A tese trata da participação portuguesa no processo de descolonização sob o ponto de vista português. Tendo sido um dos seus protagonistas, neste seu trabalho o narrador distancia-se dos acontecimentos que a tese apresenta?
– A tese não é de um observador exterior, é de alguém que está implicado no processo, mas que faz um esforço de distanciamento. Porque a tese procura provar que o protoganonista num processo de colonização não é a antiga potência colonial mas o colonizado.

– Está aí um dos equívocos ou tabús de que falava...
– Esse é de fato um vício de perspetiva que domina a reflexão de toda esta matéria em geral. Por exemplo, Almeida Santos, no pensamento que nos deixou sobre o processo de descolonização, fala sempre em independências que Portugal concedeu. Ora esta perspetiva além de chocante, para mim, é, também, redutora. A independência nunca é uma concessão, é uma conquista, a descolonização é um processo que vai além da mera transferência do poder.

– Nesse esforço de distanciamento que diz ter feito, não há, portanto, lugar para exercícios de reconciliação, nem para exorcismos de demónios da guerra em que participou?
– Nem reconciliação e muito menos exorcismos. De fato, participei na guerra mas, logo nessa altura, desde muito cedo, percebi que es-

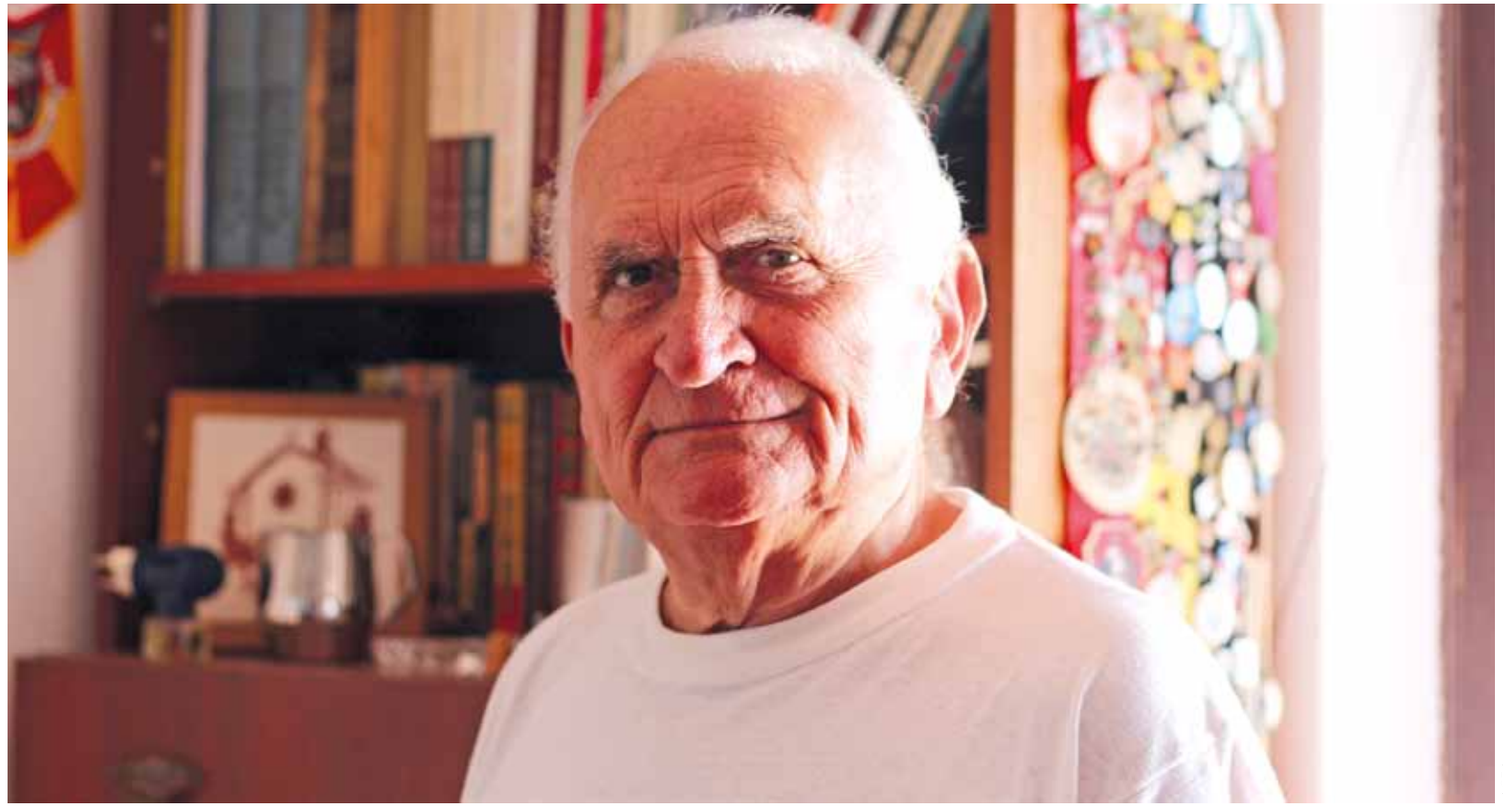
tava numa guerra errada. Não tinha era a consciência absoluta do fundamental do problema: que a descolonização não pode ser entendida fora do contexto da colonização.

– Posso concluir *ab initio* que este trabalho constitui a obra da sua vida?
– De tudo o que escrevi considero a obra mais importante.

– Entremos, agora, no âmago da sua dissertação de doutoramento. A tese trata da transferência da soberania portuguesa nas colónias de África e também do Extremo Oriente. São processos diferentes. Porém, nesta conversa, necessariamente limitada, proponho que nos foquemos na questão africana e, neste âmbito, fixemo-nos em conceitos desafiadores que apresenta sobre descolonização: "revolução do colonizado contra o colonizador". A ser assim, afinal, Portugal não descolonizou, limitou-se à transferência do poder, tarde, e quando a isso foi obrigado pelo 25 de Abril. É assim?
– Sim, mas! Portugal não descolonizou, participou na descolonização. Vejamos: durante o longo período em que o colonizado já estava a praticar a sua descolonização na luta empreendida contra a colonização, Portugal combatia contra o processo de descolonização.

– "A resistência dos povos colonizados à colonização, desde que esta tem início, já é descolonização". A afirmação é sua. Trata-se, aliás, de uma confirmação que, em parte, sustenta a sua tese. Como justificá-la?
– É uma tese que encontramos em grandes teóricos desta matéria. Evidentemente, não diremos que a descolonização começa em África há quatrocentos ou quinhentos anos, quando começa a presença europeia no continente africano a sul do Sahara. Dizemos sim que ele se inicia há cerca de cento e trinta anos com a Conferência de Berlim. É quando se começa a instalar o sistema colonial, verificam-se logo manifestações de resistência do colonizado contra o sistema colonial. Aí começa a descolonização.

– Quando começa, então, a descolonização em Angola?
– Ela inicia-se com a resistência dos povos colonizados contra a ocupação que decorre da Conferência de Berlim, em 1885. Vejamos o que em Portugal se chamam "as campanhas de pacificação", nos finais do século XIX e princípios do século XX: isso não foi mais do que a resistência do colonizado contra o colonizador. Era a resistência dos colonizados africanos em reação ao aval saído da



A25A

Pezarat Correia: Portugal não descolonizou, participou na descolonização

Conferência de Berlim: o reconhecimento do direito de posse às potências coloniais passava pela ocupação de fato.

– Após esses primeiros afloramentos de resistência, seguiram-se outros movimentos de emancipação, porventura influenciados por aquilo que se passava na África do Sul...
– Há movimentos que ainda não eram nacionalistas mas que começam a sentir necessidade de se emanciparem em relação à metrópole colonial e depois evoluiram por caminhos diferentes.

– Relativamente ao processo de emancipação de Angola, considerando a designação de mo-

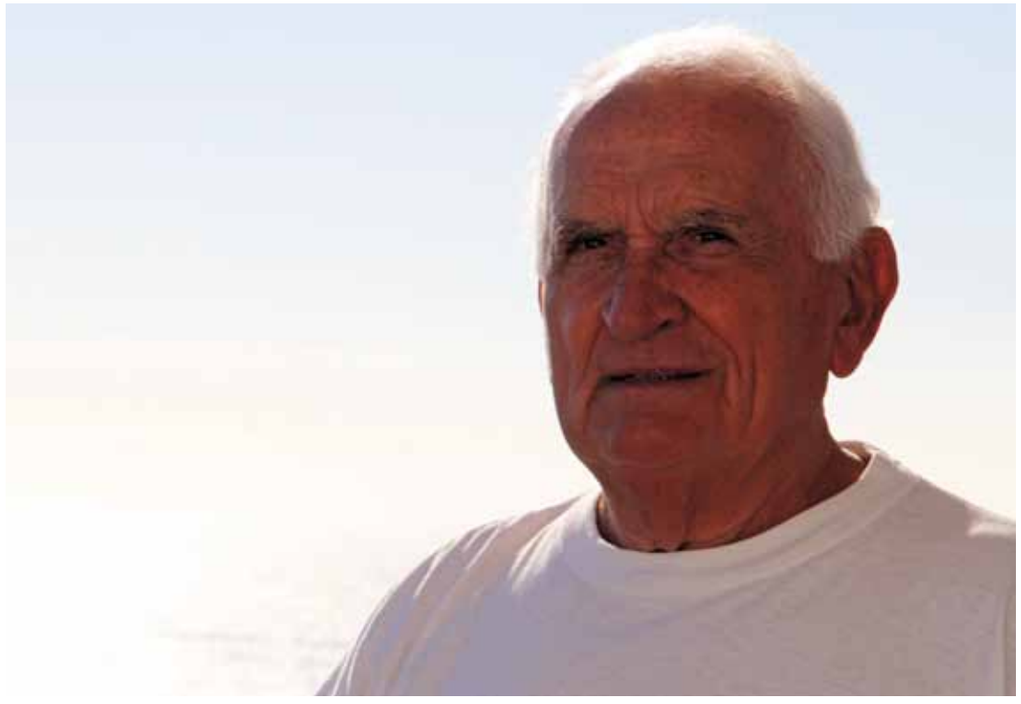
vimentos paranacionalistas, integraria aí o movimento nacionalista branco, do final da década dos anos 30 do século passado; a elite política branca que se formou à volta de candidatura de Humberto Delgado; e os movimentos nacionalistas angolanos que, em 1952, remetem à ONU "um abaixo-assinado exigindo o fim do domínio colonial português". Sendo assim, o aparecimento destes movimentos marca o início do período que define como a "tomada de consciência" das populações?
– Não. Há aí, digamos, uma mistura de dois destinos. O movimento nacionalista dos brancos subdivide-se em dois ramos: há brancos que combatem por independências de minorias brancas, semelhantes ao movimento da África do Sul, o "apartheid", e há brancos que tomam consciência de que o movimento nacionalista se faz como movimento negro. Essa divisão dá-se com a guerra colonial, onde o movimento branco também se divide porque muitos nacionalistas brancos aderem às teses salazaristas contra os movimentos de libertação. Quando falo na fase da tomada de consciência com que se inicia o processo de descolonização, estou a referir-me aos africanos negros.

– Surge depois a "fase da luta de libertação", a luta armada que, no caso de Angola, começa a 4 de fevereiro de 1961, com "Salazar a empurrar, deliberadamente, as colónias para o patamar armado da luta de libertação, para a guerra colonial".
– A luta de libertação começa por uma fase que é política, quando os movimentos nacionalistas tentam levar Portugal a negociar a independência. A intransigência do governo português, de Salazar, que recusa negociar com os movimentos nacionalistas...

– ... Essa fase política exprime-se pela Carta à ONU...
– Também. Mas, a intransigência de Salazar em negociar, empurra os movimentos nacionalistas para a luta armada.

– Na sua tese não se explora, explicitamente, o conceito de guerra justa. Salazar defendia a guerra colonial como direito de legítima defesa, ideia que, mais tarde, Marcelo Caetano também perfilhou. O que pensa sobre isto?
– A questão da guerra justa é um problema por mim tratado expressamente no livro "Guerra e Sociedade". Salazar, ao enviar tropas para Angola "depressa e em força", invoca estar a agir em legítima defesa, contra agressões estrangeiras. Ora, todos sabemos que o "agressor" não era estrangeiro. Na realidade, a guerra colonial é uma consequência de a potência colonial recusar negociar com os movimentos nacionalistas e, também, pretexto para a sobrevivência do regime em Portugal. A guerra colonial é da total responsabilidade do governo de Salazar. É uma guerra de agressão contra os povos das colónias.

– Noutra parte do trabalho sustenta que "a guerra colonial acabou por se virar contra o próprio regime que a desencadeara e tornou-se o *nó górdio* da descolonização". Porquê?


A25A

Pezarat Correia: A intransigência de Salazar em negociar, empurra os movimentos nacionalistas para a luta armada

Terão os militares portugueses atingido o ponto de rutura?
– Não só. Toda a sociedade portuguesa, os próprios pilares do regime foram atingidos pela guerra colonial. Não esqueçamos que até a oposição republicana portuguesa que era fundamentalmente colonialista, desde as suas origens, só despertou para a descolonização com a guerra. E com a guerra colonial o que acontece? O partido único, a Acção Nacional Popular começa a sofrer dissidências; na Igreja, um pilar do regime, manifesta-se uma clara contestação à guerra e, depois, também, ao próprio colonialismo; as Forças Armadas tomam consciência que a guerra colonial não tem sentido.

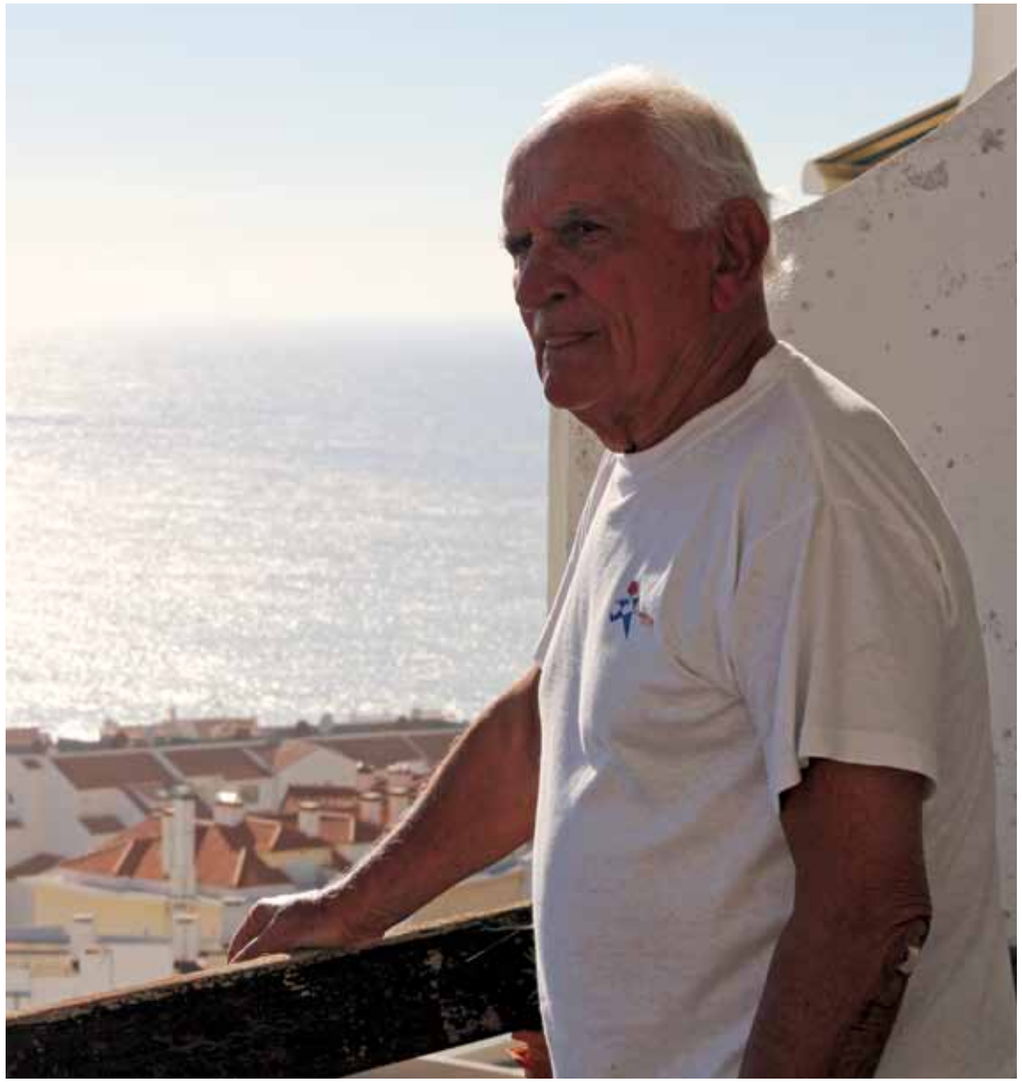
– "Com o 25 de Abril, Portugal batera à porta da descolonização mas só com a Lei n.º 7/74 a porta deste processo iria abrir-se para nele ingressar como parceiro de parte inteira". Como assim?

– O Programa do MFA dava a entender que a guerra colonial ia ser posta em causa. Esta questão é abordada logo no dia 25 de Abril, talvez timidamente, perante o entendimento de Spínola sobre o assunto, em relação ao qual manifestava reticências. Do lado do MFA, os capitães mostravam claramente que queriam o fim da guerra; Spínola revelava reservas em relação aos movimentos de libertação e à independência. No clima tenso de negociações que então se gerou, entrou-se num círculo vicioso: Portugal queria que os movimentos de libertação, com o 25 de Abril, cessassem imediatamente as ações armadas e aceitassem negociar um futuro para as colónias; para deporem as armas, os movimentos de libertação exigiam que Portugal reconhecesse previamente o direito à independência, e só nesse pressuposto se dispunham iniciar negociações políticas. Entretanto, até julho, a guerra não só prosseguia como se agravava em alguns teatros de operações. Só a UNITA aceitou negociar nas condições inicialmente propostas por Portugal. Acresce, que os movimentos de libertação eram apoiados pela ONU e OUA nas exigências que faziam a Portugal. Assim, só com a Lei n.º 7/74 Portugal reconhece o direito das colónias à autodeterminação e independência. É esta lei que vai desbloquear as negociações. Mas, mesmo assim, em relação a Angola, a joia da coroa, Spínola vai tentar que seja um caso especial. Só depois de 28 de Setembro, com a resignação de Spínola, é que Angola deixou de ser tratada como caso especial.

– Portanto, é a Lei n.º 7/74 que conduz, digamos assim, às negociações para o acordo de cessar-fogo e, mais tarde, às transferências de soberanias.
– Exato.

– Falemos agora da transferência de soberania de Angola, que ocorre na sequência do fracasso dos Acordos de Alvor, com os militares do MFA a conduzirem o processo em Lisboa e Luanda. Quem efetivamente transferiu o poder do Terreiro do Paço para Luanda, os militares, Mário Soares?
– O MFA e os militares estiveram sempre na liderança do processo que, evidentemente, contou com a participação de civis, nomeadamente, Almeida Santos e Mário Soares, em virtude das funções políticas que ambos desempenharam. Os dois tiverem papéis importantes mas inseridos num contexto geral que era determinado por militares.

– Quais?
– Os membros da Junta de Salvação Nacional e todos os militares que, no seu conjunto, representavam uma emanação do MFA; a Comissão Coordenadora do MFA que tinha uma força política determinante; o primeiro-ministro Vasco Gonçalves; o ministro sem pasta e depois dos Negócios Estrangeiros que passou a ser Melo Antunes; e ministros e secretários de Estado com influência decisiva, caso de Vítor Crespo que foi o primeiro ministro da Cooperação. E os que exerceram funções governativas e no MFA nas várias colónias.



A25A

Pezarat Correia: O MFA e os militares estiveram sempre na liderança do processo da descolonização

A25A

Pezarat Correia: Apesar de tudo, Portugal resolveu com relativo sucesso a delicada questão dos mal designados "retornados"

– Na sua tese faz referências especiais a Melo Antunes...
– Quem teve a maior importância nas transferências de poderes em Angola e Moçambique foi Melo Antunes: primeiro como ministro sem Pasta, depois como ministro dos Negócios Estrangeiros.

– Na altura da transferência de poderes do colonizador para os representantes das antigas colónias que então se tornaram novas nações, meio milhão de portugueses regressou à "M**etrópole", número onde se destacam os oriundos de Angola que representam 61 por cento desse universo. Na sua tese aponta "o relativo êxito na resolução deste complexo problema". Como sabe, protagonistas desse drama não pensam assim. Há também quem fale de abdicação. Em que ficamos?**
– Portugal não retirou de nenhuma colónia africana sem que tivesse negociado e concluído um acordo de transferência da soberania e sem que tudo fizesse para cumprir a parte com que se comprometera nesse acordo. Em nenhuma colónia retirou antes da data acordada para a independência. É certo que casos houve, nomeadamente em Angola, em que a guerra civil e as interferências armadas externas impediram o integral cumprimento do acordo, mas em nenhum caso foi da responsabilidade portuguesa. Portugal foi ultrapassado e não teve capacidade para evitar a derrapagem do processo. Na minha tese trato isto com muito detalhe. Portugal não desejava o regresso maciço dos colonos, mas a guerra civil e as invasões externas determinaram esse desfecho. O que eu digo é que, apesar de tudo, Portugal resolveu com relativo sucesso a delicada questão dos mal designados "retornados".

– E quais são as linhas de força do Acordo do Alvor?
– Portugal reconhece os direitos dos povos de Angola à independência. De acordo com as posições da ONU e também assumidas por Portugal, Portugal reconheceu que os verdadeiros representantes dos povos das colónias eram os movimentos de libertação que tinham pegado em armas para lutar contra o sistema colonial e contra a guerra de agressão declarada contra o movimento libertador de Angola. Esses movimentos eram a FNLA, o MPLA e a UNITA. Portugal reconhece a integridade territorial de Angola, com expressa referência a Cabinda. É marcada a data da independência para 11 de novembro de 1975 e estabelecidas as regras e os órgãos de poder para o período de transição. A transferência de poder seria precedida de eleições gerais para uma Assembleia Constituinte, às quais concorreriam os três movimentos de libertação e seria para o presidente dessa Assembleia que o presidente da República Portuguesa transferiria a soberania de Angola.

– A UNITA era um caso especial...
– A UNITA era um caso especial porque tinha tido um compromisso com as Forças Armadas Portuguesas e durante a guerra colonial colaborou com as forças portuguesas contra os outros movimentos de libertação, razão pela qual a nunca conseguiu ser aceite na CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas). Ora, como a UNITA não estava vinculada aos compromissos desta organização, tinha assinado com Portugal um acordo de cessar-fogo, logo a seguir ao 25 de Abril. Em Janeiro de 1974, a guerra entre Portugal e a UNITA tinha recomeçado, o entendimento entre ambos ("Operação Madeira") era letra morta e a UNITA pôde reivindicar o estatuto de movimento de libertação.

– Então a Lei n.º 7/74 vem também integrar a UNITA?
– Sim. Mas já antes, quando uma delegação do MFA foi ao Lungué Bungo em 15 de Junho de 1974 negociar a cessação das hostilidades, Portugal reconheceu a UNITA como movimento de libertação.

– E os outros movimentos de libertação – a FNLA e MPLA – como reagiram?
– Nas negociações que fizemos em separado, a FNLA e o MPLA acabaram por aceitar, apesar da relutância inicial, a UNITA como o terceiro movimento, ao ponto de eles próprios celebraram o Acordo de Mombaça, em janeiro de 1975, onde estabeleceram uma plataforma de entendimento.
Nessa plataforma comum, que viria a constituir a base das negociações no Alvor, estabeleceram que a transferência de poder em Angola

se faria para a Assembleia Constituinte. Acordaram, também, que a independência seria proclamada a 11 de novembro de 1975 e que até lá, durante quase um ano, haveria um governo de transição para preparar a transferência do poder e a esse governo de transição caberia exatamente preparar eleições para a referida Assembleia Constituinte.

– Mas, não foi assim que as coisas se passaram...
– Pois não! Porque, entretanto, os movimentos de libertação já tinham retomado as lutas entre eles. Os pressupostos do Acordo do Alvor nunca foram cumpridos, a guerra civil instalou-se e foi agravada ainda por interferências externas. Primeiro, o Zaire em apoio da FNLA; depois, a África do Sul ao lado da UNITA; mais tarde, Cuba a apoiar o MPLA. Tudo isto, com os EUA muito presentes no terreno e a URSS a apoiar a intervenção cubana, contribuiu para que a guerra civil se reacendesse mais intensamente e arrastasse as intervenções externas.

– Nesse quadro qual era o papel de Portugal?
– Portugal ia diminuindo a sua presença militar em Angola, no cumprimento dos Acordos do Alvor, ação que devia ser compensada com os movimentos de libertação a contribuirem para a formação de uma força militar mista. Ora, os movimentos de libertação em vez de procederem nos termos acordados em Alvor participando nessa força, armaram-se constituindo exércitos partidários e entraram em guerra civil, com apoios externos, perante a impotência de Portugal.

Arquivo A25A

Pezarat Correia: Quando se fala do regresso dos refugiados eu não digo que tenha sido exemplar, o que considero é que se fez num contexto histórico em que tinha de ser feito

– O Acordo do Alvor foi rasgado pelas partes...
– Não por Portugal que sempre cumpriu a sua parte, inclusivamente, não abdicando de transferir o poder em 11 de novembro de 1975, como estava determinado. Mas, perante o incumprimento dos movimentos de libertação, Portugal considerou o acordo caducado e decidiu transferir o poder para o povo angolano. O alto-comissário em Angola só saiu de Luanda no dia acordado para a independência, 11 de novembro de 1975.

Arquivo A25A

Guerrilheiros angolanos iniciaram a luta armada a 4 de fevereiro de 1961

– Retomemos a questão do regresso dos portugueses...

– Muito bem. É neste contexto de insegurança, de guerra civil, de vazio de funcionamento de todo o aparelho de Estado, que ocorre o regresso de colonos como o de muitos angolanos. Quando falo em relativo sucesso, refiro este aspeto particular de que quem quis regressar, veio para Portugal. Trouxe o que trouxe, não o seu património total, mas salvaram-se as vidas, apesar de algumas lamentáveis exceções. Essas pessoas, quando chegaram a Portugal, beneficiaram de estruturas através das quais conseguiram o acolhimento e a reintegração na sociedade portuguesa de modo a que poucos anos depois estavam integrados.

– Pedia-lhe que falássemos agora da "descolonização exemplar" cuja ideia o senhor general desmonta com abundantes citações de Melo Antunes: "não há descolonizações bem feitas, pela boa e simples razão de que não há colonizações boas", ou, dito de outro modo, "a descolonização foi uma tragédia, como uma tragédia foi a colonização". Noutro registo, com o pensamento que o senhor exprime sobre "oportunidade perdida" no contexto do patamar político da luta pela libertação, altura em que caberia ao colonizador (Salazar) interpretar corretamente esse tempo histórico. Ora bem, estas são razões suficientes para sustentar a sua conclusão: "A participação de Portugal na descolonização nas colónias de África foi a que tinha de ser feita"?

– Essa frase é de Melo Antunes que eu acompanho. O que tinha de ser feito o que era? Era reconhecer o direito dos povos à independência, acabar com as guerras e transferir o poder para os legítimos representantes dos povos das colónias, como tal reconhecidos pela ONU e pela OUA. Isto era o que tinha de ser feito e foi feito. O resto são as conjunturas em que as coisas se processaram. Quando se fala do regresso dos refugiados eu não digo que tenha sido exemplar, o que considero é que se fez num contexto histórico em que tinha de ser feito. Claro que se não tivesse havia a guerra civil e as intervenções externas armadas em Angola, teria sido possível que aqueles que o desejassem lá tivessem permanecido.

Arquivo A25A

A soberania portuguesa cessou em Angola, a 11 de novembro de 1975, com a saída de Luanda dos últimos militares portugueses

– Colonização e descolonização estão intimamente ligados...

– É o que defendo na minha tese. Alías, há pessoas, mesmo aqueles que eram colonialistas assumidos, que hoje já dizem: a descolonização era inevitável o que devia era ter sido feita de outra maneira. De outra maneira, como? Sobre isso nada adiantam. Se não houvesse guerra colonial, se não tivesse havido violência, se não tivessem sido reprimidos os movimentos de libertação? Se a colonização tivesse sido pacífica e sem violência? Se o governo de Salazar tivesse aceitado negociar? Ou seja, a descolonização poderia ter sido bem feita se não tivesse havido colonização! São paradoxos e contradições insanáveis. Mas houve colonização com todas as suas consequências e a descolonização foi o seu desfecho.

Arquivo A25A

Pezarat Correia: Se não tivesse havido a guerra civil e as intervenções externas armadas em Angola, teria sido possível que aqueles que o desejassem lá tivessem permanecido

– A 7 de fevereiro de 1974, Agostinho Neto dizia: "não encontramos em África um único país que não mantenha relações preferenciais com a sua antiga metrópole". Meses depois ocorreu o 25 de Abril que abriu as portas às transferências de soberanias de Portugal em África. Angola tornou-se independente e Portugal pagou caro o fato de só ter reconhecido a República Popular de Angola em 22 fevereiro de 1976, sendo o 82.º país a fazê-lo. As relações entre ambos os países estão longe de se preferenciais... A profecia de Agostinho Neto tarda em concretizar-se?

– Essa mensagem de esperança de Agostinho Neto foi por ele também assumida no discurso de encerramento do Alvor, em nome dos três movimentos de libertação. Mas, a verdade é que as circunstâncias depois se alteraram em Angola e, em parte, também em Portugal. Em Angola, a guerra civil assume proporções desmedidas: a norte, os EUA lançaram a operação "IAfeature" com tropas do Zaire e mercenários portugueses, em apoio da FNLA, uma ofensiva contra o MPLA para tomar a cidade de Luanda; a sul, a a África do Sul lança a operação "Savannah", em apoio da UNITA, também com o objetivo de dominar Luanda; e na capital de Angola, o MPLA com o apoio dos cubanos da operação "Carlota" travam as ofensivas inimigas, resistem na capital sitiada, e proclamam a independência. Em Portugal o governo de Pinheiro de Azevedo debatia-se com pressões externas e internas, de sentido contrário, quanto às posições que Portugal deveria assumir relativamente à transferência de soberania em Angola. Acabou por prevalecer a decisão apoiada pelo Conselho da Revolução: Portugal depositava a soberania de Angola nas mãos do povo angolano a quem caberia decidir o seu futuro. A proclamação de independência de Angola pronunciada em Luanda por Agostinho Neto foi rapidamente reconhecida por muitos países, incluindo as antigas colónias portuguesas, tendo sido o Brasil o primeiro a fazê-lo. As relações entre Lisboa e Luanda esfriam-se e só serão normalizadas dois anos depois na cimeira de Bissau.

– Quatro décadas depois da independência das novas nações africanas de língua portuguesa, a identidade nacional desses países está consolidada?

– As nacionalidades constroem-se em torno de valores culturais e também de interesses. Vejamos o caso de Angola e as diferenças existentes entre cabindas que são bacongos e os cuanhamas do Cunene. O sistema colonial, até certo ponto, serviu para identificar valores culturais e interesses. A construção de estradas, as estruturas de saúde, da educação, dos transportes, contribuem para o sentido de unidade territorial e a nação vai-se construindo em torno dela. Quanto a Moçambique, recordo uma expressão do governador colonial, Sarmento Rodrigues, que dizia: "Moçambique só é Moçambique na medida em que é Portugal". O que queria ele dizer?
Que vários povos de Moçambique, como de Angola, antes da colonização não tinham nada a ver uns com os outros. Então em Moçambique: macuas, macondes, nhanjas, tongas, em regiões separadas por rios transversais, o que teriam de identidade comum? Por alguma razão a OUA decidiu, na sua assembleia fundadora, que as independências dos países deviam ser declaradas no respeito pelas fronteiras coloniais, princípio que já presidira às declarações das independências na América Latina no início do século XIX. A unidade nacional reside, pois, em valores culturais, na língua, nas fronteiras, na partilha de património comum. Nesta medida, creio que as identidades nacionais dos países africanos de expressão portuguesa estão a consolidar-se.

– Na tese adverte para a circunstância de a mesma refletir o olhar de alguém que no pro-

A25A

Pezarat Correia: Sem o 25 de Abril Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização. Sem a descolonização Portugal teria falhado o seu encontro com a liberdade

cesso da descolonização esteve do lado do colonizador e sustenta que uma abordagem abrangente da problemática da descolonização exigirá o contributo de autores dos países que foram colónias portuguesas. Esta questão, aliás, foi sublinhada pelo Prof. Boaventura Sousa Santos, durante a arguição. Pergunto-lhe: como gostaria que esses autores de países que foram colónias portuguesas recebessem e olhassem para a tese?

– Apesar de ser um trabalho do lado do colonizador, gostaria que reconhecessem tratar-se de uma reflexão séria e honesta e que tem em consideração os pontos de vista do lado colonizado.

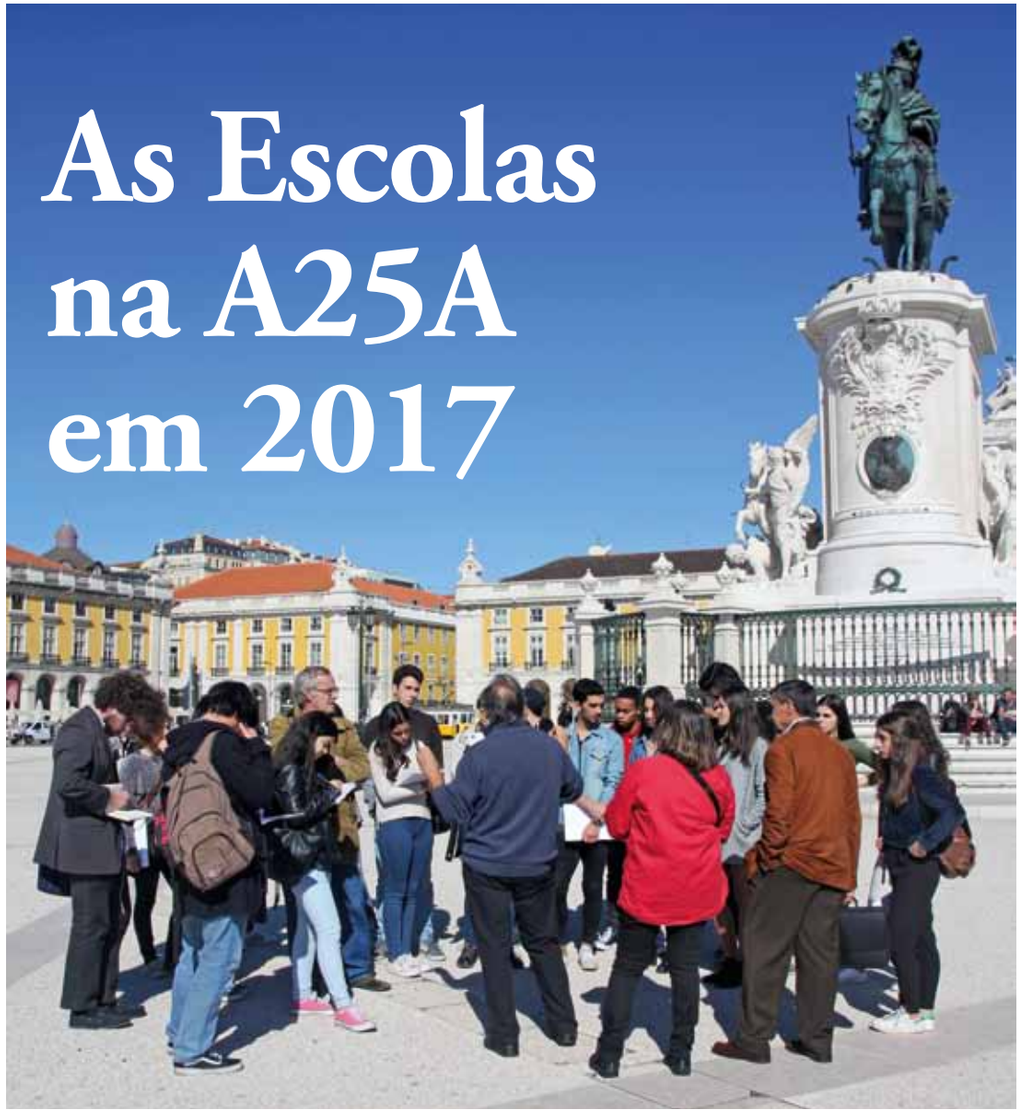
– "Sem o 25 de Abril Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização. Sem a descolonização Portugal teria falhado o seu encontro com a liberdade". Este pensamento conclusivo traduz a síntese da sua tese?

– Atravessa toda a minha tese. Não é um slogan. Ela reproduz, em síntese, toda a minha reflexão nesta tese: não se pode analisar a descolonização sem examinar a colonização, a descolonização foi o que foi porque a colonização foi o que foi. Em segundo lugar, a guerra colonial teve uma importância fundamental na fase final da colonização que era já a fase decisiva da descolonização conduzida pelo colonizado, ao ponto de a guerra ter obrigado Portugal a encarar o conflito de uma outra maneira por ter abalado as próprias estruturas do regime. Sem o 25 de Abril os povos das colónias chegariam à independência provavelmente através do colapso militar português. A descolonização não teria a participação de Portugal. Por isso digo que Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização. E o equívoco da "primavera marcelista" provou que enquanto durasse a guerra e o sistema colonial o regime português não se abriria à democracia. Portugal teria falhado o seu encontro com a liberdade. Ditadura na metrópole e colonialismo nas colónias estavam intimamente associadas.

– Os seus amigos, antigos alunos, e leitores em geral, certamente, estarão ávidos por o ler. Quando estará a sua tese de doutoramento disponível nas livrarias?

– O livro que vai ser publicado terá o nome da tese, *...Da descolonização – do protonacionalismo ao póscolonialismo*. Será composto pela tese propriamente dita, a que acrescento dois ou três capítulos que decidimos não deverem figurar numa dissertação académica, mas que penso contribuem para esclarecer o meu pensamento relativamente a alguns aspetos controversos e polémicos que tem sido publicados sobre a temática de descolonização. Será editado pela BKC – Book Cover Editora, Lda e deverá estar disponível nas livrarias até ao final do ano.

As Escolas na A25A em 2017



Direitos Reservados

Direitos Reservados

Direitos Reservados

MARÍLIA AFONSO*

Em 2017 foi dada continuidade ao projeto lançado em 2014 a propósito da comemoração dos 40 anos do 25 abril com a finalidade de aprofundar e diversificar a ação da A25A junto das escolas.

Este objetivo tem-se concretizado através de visitas de estudo, realizadas segundo um guião elaborado para essa finalidade, suscitando uma crescente adesão e interesse por parte de alunos e professores.

O percurso temático que pretende recordar o trajeto da coluna de Salgueiro Maia em Lisboa, parte do Terreiro do Paço, Rossio, Rua do Carmo e Largo do Carmo, com uma passagem pela sede da Pide / DGS na Rua António Maria Cardoso. Completa-se com uma visita guiada ao Quartel da GNR, sendo esta organizada com apoio e por vezes acompanhada pessoalmente pelo coronel Nuno Andrade.

Ao longo de 2017 foram organizadas, entre fevereiro e maio, cinco visitas dedicadas a alunos do ensino secundário de diversas escolas do país. Este ano tivemos o grato prazer de receber, igualmente, 20 alunos da Escola Decroly de Bruxelas que, tendo realizado uma visita de estudo a Lisboa, solicitaram a realização deste percurso à A25A, com vista ao enriquecimento dos seus conhecimentos sobre um momento histórico da maior relevância para o país que visitavam.

Em abril a A25A ainda acolheu a exposição fotográfica e de cartazes alusivos ao 25 de Abril elaborados por alunos da Escola Secundária Seomara da Costa Primo a propósito da visita de estudo por eles realizada.

Colaboraram nas diversas atividades realizadas ao longo de 2017 os coronéis Aniceto Afonso Carlos de Matos Gomes, Nuno Santa Clara Gomes, Rosado da Luz e Sousa Castro.

Sobre o trabalho desenvolvido com professores daremos posteriormente notícia detalhada sobre a ação de formação creditada, designada *"Roteiro didático e pedagógico: O 25 de Abril em Lisboa"* que foi levada a efeito com o maior êxito numa parceria da A25A com o Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra.

**Coordenadora do projeto*

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

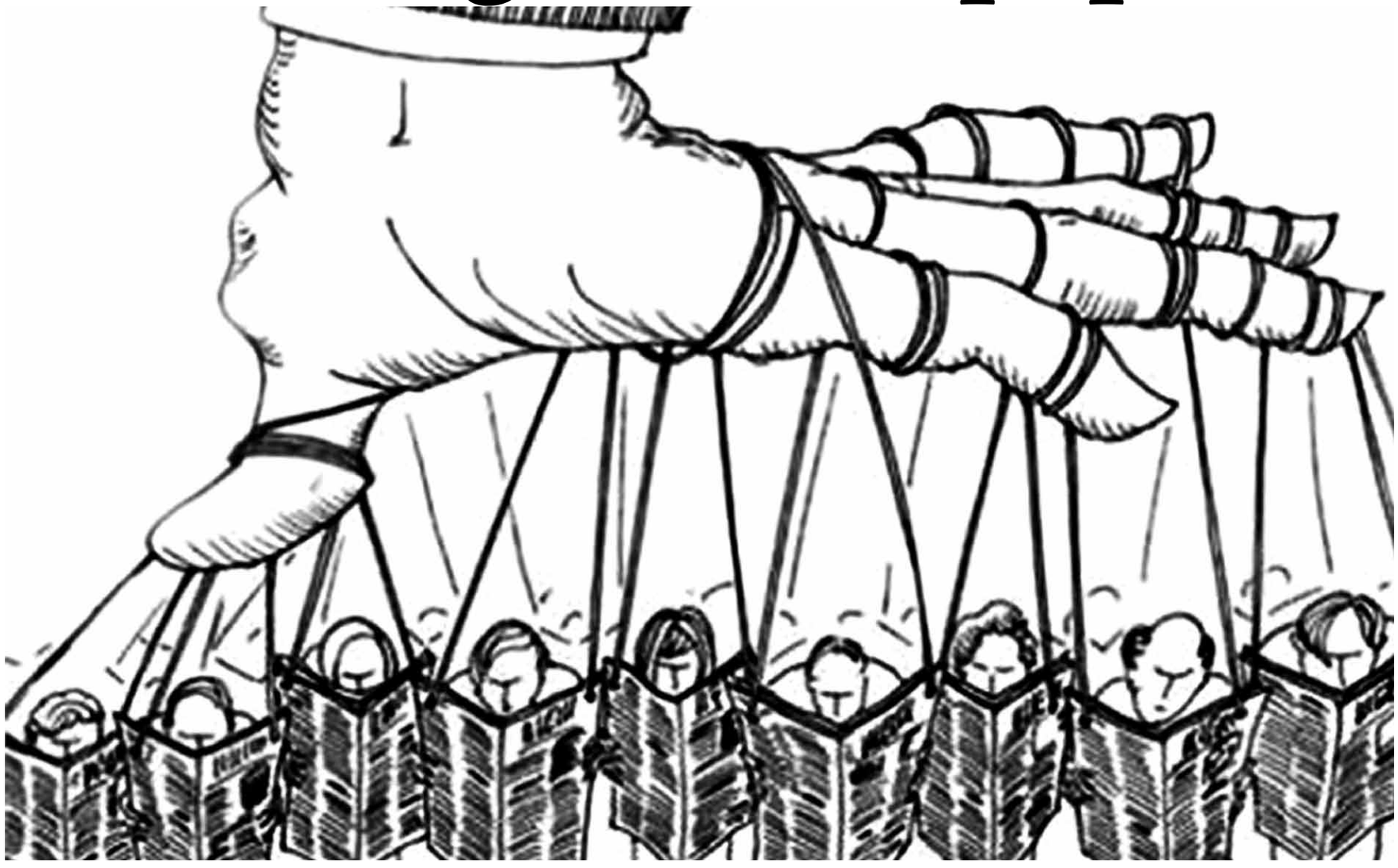
Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

25 de Abril
comemorado em São Paulo

Direitos Reservados

O Centro Cultural 25 de Abril de São Paulo (Brasil) assinalou a passagem do 43.º aniversário daquele "dia inicial inteiro e limpo" com uma conferência sobre a revolução portuguesa, proferida pelo Dr. Artur Scavone, na foto, primeiro à direita, quando usava da palavra. Na imagem da esquerda para a direita, reconhecem-se: Professor Doutor José António, Eng° Ildefonso Garcia, e o Comendador António dos Ramos

IDENTIDADE NACIONAL
como argumento populista



Direitos Reservados

MANUEL PEDROSO MARQUES

A IDENTIDADE NACIONAL é um conceito considerado pela maioria das comunidades como uma realidade incontestável. Todavia, a plasticidade dos vulgarmente admitidos cânones identitários faz da chamada identidade dos povos uma realidade em permanente indagação e discussão. Tentativas de descrever as identidades das diversas comunidades, algumas compiladas em livros, acabam por recorrer a metáforas que oscilam entre a alegoria jocosa e a metafísica do provável. Esta fluidez admite tudo, desde logo, que a identidade nacional é um conceito acolhedor de ideias populistas que se refletem na xenofobia, ou seja, o medo de que o estrangeiro distorça ou abastarde os valores da identidade própria ou, ainda, os contamine com outros, do "outro".

A maioria das caracterizações efetuadas dos povos mais diversos apresenta um traço comum que consiste em lhes atribuir vícios e virtudes. O que varia são os sinais de mais e de menos sobre cada um dos qualificativos. Assim se definem, vulgar e acriticamente, identidades de povos de todas as latitudes e hemisférios. Pensa melhor no assunto, Eduardo Lourenço: "A única identidade não aberrante é a nossa comum humanidade. E essa não separa, une. O que separa é a confiscação do que nos é comum em nome de particularismos – religiosos, ideológicos, culturais, civilizacionais – que se instituíram, por contingências históricas, em paradigma da humanidade."[1]

Direitos Reservados

"A identidade reclama a diferença para ser e converte a diferença em alteridade para se autoconvencer que a identidade existe".[2] Para este autor, a identidade é um alforge cheio de populismo. Em vários países da Europa (não no caso de Portugal, felizmente) têm sido realizadas eleições cujas plataformas políticas se fundamentaram na questão da identidade nacional, proclamando a xenofobia como argumento ideológico.

Todavia, há que reconhecer, a este propósito, que a verdade assumida é populista! A identidade pode ser uma indefinição mas a verdade é que os povos estão convencidos de que ela existe, a possuem e que a deles é diferente da dos outros.

Os indivíduos e as comunidades enunciam de si próprios uma ideia de identidade que, não raramente, difere da ideia que os outros, os estrangeiros, fazem. É o problema da imagem cultivada e desejada pelo próprio e da imagem pública que os outros lhe conferem.

Na esfera particular, a disparidade da imagem pública com a assumida pessoalmente não favorece mas pode tentar-se corrigir. No campo empresarial, como em qualquer outro em que a imagem pública mereça atenção especial, como no político, fazem-se campanhas e ações publicitárias para tentar reestabelecer a imagem. Já na interação entre Estados e populações tem-se notado, recentemente, o aproveitamento ideológico das diferenças de base étnica e religiosa, para obter efeitos populistas, mascarando a xenofobia e o ódio com a defesa da identidade própria.[3] Aspeto que os movimentos migratórios aceleram. Guerras religiosas, com alguma base identitária, houve, no passado. O laicismo pretendeu acabar com elas. O ateísmo nunca as havia compreendido. Nos nossos dias, após o fim da "guerra fria", a guerra de civilizações foi uma realidade prognosticada por alguns, dentro de uma "visão sobre a nova ordem mundial", especialmente protagonizada por Samuel Huntington. Críticas sobre estas prospetivas acentuam a contradição nos termos guerra e civilização. Contradição que coloca Huntington fora da razoabilidade, embora ele se veja cada vez mais acompanhado, recentemente, até pelo não menos indiscutível Michel Onfray: "doravante, são os blocos culturais e espirituais que se opõem"[4]. Outras visões (além do ideal kantiano da "Paz Perpétua", que nos imerge num mundo idílico) surgem sobre as guerras presentes e futuras, executadas com atentados à bomba, ao cocktail molotov, ou com manifestações à pedrada (modo atual de caracterizar as guerras civis) ou, ainda, de outro modo, guerra em que os mísseis e a humanidade são os soldados e a vítima (hipótese de cujo o espetro dissuasor se começa a duvidar).

O clima de conflitualidade potencial, encenado pela situação política internacional, também é aproveitado pelas versões populistas de múltiplas formas. Enunciamos algumas: ora estimulam o imaginário otimista (paz há setenta anos, excetuando os Balcãs, no "continente da guerra" que é a Europa); ora o pessimista (a globalização vai desencadear guerras económicas que se teme acabem em conflitos militares mundiais, a fazer lembrar os do passado); ora o trágico-realista (guerras civis nacionais e re-

gionais, agravadas pela interferência declarada ou não de interesses estrangeiros em disputa de hegemonia na região); ora o xenófobo-identitário (as diferentes etnias, especialmente a muçulmana, transportam valores culturais diferentes "dos nossos").

Fenómeno novo, ou que pelo menos não se observava com tais dimensões desde a II Guerra Mundial, o número de refugiados, deslocados e migrantes, gerando uma pressão populacional sobre continentes e países impossível de sustar. Pressão que, entre outros aspetos, é vista e explorada pelo populismo como ameaça à identidade própria. Quando ouvimos Donald Trump (presidente dos EUA) ou Viktor Órban (1.º ministro da Hungria) dizer que vão construir muros entre as respetivas fronteiras, com o México e com a Sérvia, só o ridículo suaviza a estupefação. O primeiro acha que só se passa do México para os EEUU por terra, ignorando a fronteira marítima! O segundo acha que 175 quilómetros de muro constituem obstáculo sólido para quem vem há dois mil quilómetros a andar, a navegar, a fugir! Medidas ineficazes, credoras dos populismos com que enchem a boca, para afirmarem um poder não efetivável, logo inexistente.

A pressão migratória, em grandes números, sobre certos países, em consequência de guerras, da fome e da sede é difícil de imaginar e conter. A maneira menos difícil de arriscar a vida é quando se foge à morte. É este o ânimo dos migrantes na travessia dos desertos, dos mares, no caminho da vida que muitas vezes lhes aproxima a morte. Estes momentos, em que seres humanos se sujeitam a todo o tipo de humilhações e extorsões para migrarem, não se compadecem com o rigor jurídico-institucional, aceite internacionalmente, que reduz este fenómeno à simples classificação de "imigração legal ou ilegal, de cidadãos legalizados ou ilegalizados, que vêm poluir a nossa identidade nacional".

Todavia, nenhum país pode sustentar a ideia de abrir as fronteiras a toda a gente que lá queira viver. Isto tem a ver com a sua capacidade de absorção e integração que, variando de país para país, não é ilimitada para nenhum deles. Por outro lado, "admitir que a escolha do país onde se queira viver constitui um Direito do Homem torna imperioso considerar que a Hospitalidade é um dever universal. Esta correspondência de direito e dever não existe: não é formulada nem aceite pelos países, nem por todas as pessoas, nem instituições políticas e ideologias e tem conotações ontológicas que excedem o âmbito de qualquer ordem jurídica vulgar."[5]

Portugal encontra-se a meio da tabela dos países europeus quanto ao modo como os portugueses encaram a imigração de pessoas de etnia diferente: permissivos à entrada de alguns, ao contrário da Hungria que não permite nenhuns e da Suécia que permite todos. No aspeto da vizinhança os portugueses são mais restritivos: 10 por cento não querem estrangeiros, enquanto os espanhóis, franceses e dinamarqueses se ficam pelos 5 por cento.[6]

A discussão destas posições sobre a integração e os efeitos da marginalização implica que se analisem os termos do problema. Desde logo, a integração nunca se faz completamente. O mais provável é que um indivíduo originário de uma cultura se vá interessando e conhecendo a/s outra/s dos países em que vive e viveu. Este conhecimento inicia o caminho para a integração, o que não significa que uma cultura apague a outra. Significa que cada uma delas se enriqueça com o conhecimento da outra. Com Jean Pouillon, "a descoberta da alteridade é a de uma relação, não uma barreira"[7].

Inseparável do esforço de integração surge a ideia de intermediação cultural. Ideia que traduz as preocupações de tornar a convivência pacífica entre as várias etnias e também de apaziguar a violência dos fundamentalismos religiosos. A interculturalidade e a mediação considera a "sociedade como um todo, autóctones e alóctones, não é um assunto de e para migrantes ou de e para indígenas", "necessária para a coesão cidadã na União Europeia e para a promoção do diálogo intercultural no mundo. Isto não é óbvio nem fácil ou isento de debate intelectual e do conflito ideológico", segundo o reconhecido especialista da matéria, Carlos Giménez.[8]

Também a Aliança das Civilizações, criada por iniciativa da ONU e cujo seu Alto Representante foi o ex-Presidente Jorge Sampaio, até 2013, tem por objetivo "apoiar o desenvolvimento de projetos que promovam o entendimento e reconciliação entre culturas a nível global e, particularmente, entre as sociedades muçulmanas e ocidentais.

A complexidade ligada às questões da identidade, agravada por crises sociais, económicas e intensificada por opiniões aleatórias, faz adotar um discurso fácil e falso, sem visão de conjunto nem soluções, apesar da mobilização de esforços e vontades que a frequência de atos terroristas motiva. Enfim, contribuições para que uma modalidade de ação para enfrentar o problema ganhe espaço: o combate ao terrorismo não é só militar e policial, tem de ser também cultural e ideológico, incluindo a questão dos movimentos migratórios e do confronto proteiforme entre identidade e integração.[9]

O populismo lava-se nestas dificuldades.

1 Lourenço, Eduardo, "A Nau de Ícaro", ed. Gradiva, 1999
2 William Connolly, in Dodds, Klaus, "Geopolitics", ed. Oxford University Press, 2014, p 75
3 Conf.:Marques, Manuel Pedroso, "Os Exilados não esquecem nada mas falam pouco", ed. Âncora, Lisboa 2015, pag. 20 e segs.
4 Onfray, Michel, "Décadence", p. 573, ed. Famarion, Paris, 2017
Cabral, Manuel Villaverde, "Dimensões da Cidadania. A mobilização política em Portugal numa perspetiva comparada", ed. Edições Afrontamento, Lisboa, 2014, pag. 161
5 Marques, Manuel Pedroso, op. cit. pp 73-81
6 Para saber mais, ver Portal da Opinião Pública, da Fundação Francisco Manuel dos Santos.
7 Pouillon, Jean, "L'Oeuvre de Claude Lévi-Strauss", pub. Ver. Temps Modernes, nº. 126, Julho de 1956
8 Giménez, Carlos, "Interculturalidade e Mediação", ed. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP), Lisboa, 2016. Ver www.acidi.gov.pt e intervenção no I Congresso Internacional da RESMI (Rede do Ensino Superior para a Mediação Intercultural), organizado pelo ACIDI, em Lisboa, em 14-10-2016.
9 Roth, Kenneth, Para saber mais: Art. "Como aproveitar as boas notícias vindas de França", pub. in jornal Público, ed. 26-5-2017, pag. 51

CATÁSTROFES
Responsabilidades e Atitudes

Direitos Reservados

MARTINS GUERREIRO

A RECENTE TRAGÉDIA de Pedrógão Grande, a sucessão de grandes incêndios que vem ocorrendo, a vergonha de Tancos e a tragédia do Largo do Monte, na Madeira, obrigam-nos a tomar posição; a repetição deste tipo de tragédias ao longo dos anos, no continente e nas ilhas, evidencia a nossa impreparação e falta de planeamento para responder a este tipo de catástrofes, sejam elas naturais ou resultantes da incúria e irresponsabilidade humanas.

Existe algum nexo entre estas diferentes ocorrências? A meu ver, sim.

Situa-se no âmbito do aparelho do Estado, na inoperância ou quebra da cadeia de responsabilidades, na grave falta de cultura cívica e na indiferença de muitas pessoas. O aparelho do Estado republicano, de direito, tem vindo a ser desorganizado, desarmado, corroído e enfraquecido ou mesmo desmantelado desde o início dos governos de Cavaco Silva, processo que se prolongou durante os governos de Sócrates e sofreu particular aceleração no governo de Passos Coelho.

É evidente que a "reorganização", concretizada pela redução sucessiva de serviços

públicos, pela transferência de serviços e competências da administração directa do Estado para a administração indirecta ou mesmo para entidades privadas a que cada vez mais se recorre, dispensando servidores competentes, põe em causa o eficaz funcionamentode serviços fundamentais de execução, contratação e fiscalização dos ministérios, ao mesmo tempo que vai erodindo a capacidade de vigilância e segurança nas áreas da Defesa, da Administração Interna, da Agricultura, do Ambiente e de outros departamentos do Estado.

É ridículo constatar que na Defesa e também na Administração Interna o controlo do acesso a determinados edifícios ou serviços no âmbito da soberania do Estado, como é o caso do MDN e algumas instalações militares, sejam assegurados por entidades de segurança privadas, com o pretexto de redução do Estado sob o estribilho neoliberal de "menos Estado, melhor Estado".

A forma como, no passado e no presente, certos responsáveis ministeriais, responderam a perguntas que se impõem, mostra que não conhecem ou não dominam a cadeia de responsabilidades do seu ministério, que começa nos próprios. Não se trata apenas de responsabilidade política, pois cabem-lhes também a máxima responsabilidade administrativa e executiva — o Governo é o detentor do Poder Executivo — e a responsabilidade civil e penal pelos actos por si praticados, autorizados ou por graves omissões, independentemente das responsabilidades próprias e específicas que os órgãos deles dependentes ou por eles tutelados possam ter.

Por outro lado, parece não saberem que ao delegar competências não delegam *responsabilidade*, que não é delegável. Quem não entende princípios elementares como o da cadeia de responsabilidades e da unidade de comando não esteve ou não está à altura das funções que desempenhou ou desempenha.

Assim sendo, não é de todo surpreendente que, a propósito da tragédia de Pedrógão Grande e da continuação de grandes incêndios, surgissem muitos "defensores do Estado" a acusar o governo vigente de falhas, descoordenação e falta de eficácia dos serviços, quando anteriormente fizeram tudo quanto puderam para desorganizar e enfraquecer o Estado, desprestigiando de caminho serviços e servidores públicos. A falta de decoro e de vergonha tem limites, ainda que tenha correspondência na ignorância de princípios elementares e de reduzida sensibilidade humana.

Analisemos em concreto o caso de Pedrógão Grande e dos grandes incêndios florestais.

É indubitável que o Estado tem falhado e falhou especificamente em várias das fases que nos conduziram à tragédia.

Comparemos as ocorrências que se sucedem em Portugal com o que se passa nos outros países mediterrânicos — Espanha, França, Itália e Grécia — que têm condições climáticas e florestas autóctones semelhantes às nossas.

Sendo Portugal um país com uma área muito inferior à de Espanha (cinco vezes menor), de França, de Itália e mesmo da Grécia, porque é a área ardida em Portugal, em valor absoluto, muito superior à que se verifica nesses outros países?

O mesmo sucede com o impressionante número de incêndios de grandes proporções. Algo de especial e pior se passa no nosso país.
A causa maior foi a ruptura, desorganização ou descontinuidade da cadeia de responsabilidades, a começar pelo topo do Executivo ou da Administração Pública, que implica o desprestígio dos servidores públicos e fomenta a incúria e irresponsabilidade a diversos níveis.
A visão dos responsáveis e a tomada de medidas tem visado o curto prazo.
É indispensável uma visão de médio e longo prazo para garantir eficácia no combate aos incêndios ou na prevenção de outras catástrofes nas áreas da Defesa, Segurança Interna, Agricultura, Ambiente e segurança nos aeroportos.
Nas fases de actuação em situação de emergência de combate a catástrofes, calamidades ou incêndios de grandes dimensões não podem existir ambiguidades na cadeia de responsabilidades nem na unidade de comando. Tem de haver muita prevenção, formação, preparação e treino para que, nos momentos difíceis, os comandos e os operacionais respondam correctamente e da forma mais adequada.
Desde o início dos governos de Cavaco Silva que se vêm "semeando " no aparelho de Estado em diferentes áreas da Administração Interna, Defesa, Justiça, Ambiente, Saúde e Economia diferentes "bombas-relógio" e "bombas sugadoras". Estas bombas-relógio explodem nos incêndios florestais e poderão explodir noutras tragédias ou catástrofes.
No aeroporto de Lisboa estão a acumular-se condições para que a bomba-relógio ali instalada deflagre um dia por acumulação de falhas e erros, sobrecarga de trabalho e fadiga resultantes da redução de pessoal, visando o lucro máximo, e pela quebra de cadeia de responsabilidade.
Quem é responsável pela segurança integral dos passageiros antes e depois da aterragem, no ar, no interior e nos trânsitos do aeroporto de Lisboa?
Como se transmite a cadeia de responsabilidades do Estado às entidades privadas e como respondem estas perante o Estado e perante os utilizadores do aeroporto?
Já constatámos que as PPP não são os melhores instrumentos para defesa do bem comum, da salvaguarda da vida humana e do património público; algumas PPP são verdadeiras bombas sugadoras dos nossos recursos patrimoniais públicos e da economia nacional, pondo em causa opções fundamentais e estratégicas para o País. Essa situação agravou-se com a aceleração das privatizações, com a criação e reforço de múltiplas entidades, particularmente das Entidades Reguladoras Independentes. Mas independentes de quem? — cabe perguntar.
Contribuem também para o desarmamento, enfraquecimento e quebra de eficiência e desmembramento do Estado a proliferação de Autoridades, Comissões, Institutos e Fundações aos quais são cometidas funções públicas, com diferentes estatutos de autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica própria, o que lhes permite praticarem vencimentos das Administrações e procedimentos contratuais no âmbito do direito privado.
É escandaloso que alguns desses vencimentos sejam várias vezes superiores aos do PR ou do PM, isto com o pretexto do valor do mercado e da atracção de pessoas competentes. Já não existe motivação mobilizadora para a prestação do serviço público? Ou, em alternativa, para desempenhar as funções de PR, PM, do Governo ou de outros órgãos de soberania não são necessárias pessoas competentes?
Provavelmente aos defensores do Estado Mínimo não interessa muito que nos órgãos de soberania exista gente competente, que defenda adequadamente o interesse público e a soberania nacional em áreas estratégicas fundamentais.
Pelas vias indicadas tem-se procedido à desarticulação, desorganização, desregulação e enfraquecimento do Estado Republicano e dos seus serviços e ao desprestígio dos servidores públicos.

BOMBAS-RELÓGIO

Vamos agora ao significado das bombas-relógio que cresceram e crescem nas zonas florestais portuguesas. Como evitar a sua explosão?
Neste tipo de bombas existem três elementos essenciais: a massa explosiva, o rastilho e o ignidor.
A massa explosiva é constituída por grandes áreas florestais contínuas e desordenadas, sem limpeza e pelos matos que chegam até ao limite das povoações e das estradas.
O rastilho é constituído por pastos e mato que cresce junto das povoações, no interior da floresta desordenada, à beira dos caminhos e das estradas e junto das linhas de água.
O ignidor pode ser de origem natural: trovoadas, por exemplo, o que acontece apenas em 2 por cento das ocorrências, ou o elemento humano, que representa cerca de 98 por cento das ocorrências: 42 por cento são intencionais e a percentagem restante 56 por cento deve-se a negligência e incúria, segundo dados estatísticos recentes do ICNF.
Como actuar?
É evidente, sem margem para dúvidas, que a primeira prioridade tem de ser a actuação preventiva sobre cada um destes factores, reduzindo substancialmente o seu potencial e velocidade de propagação ou a sua liberdade e incúria na atuação.
Relativamente ao primeiro factor impõe-se uma visão de médio e longo prazo que viabilize o ordenamento, a adequada compartimentação e a limpeza efectiva da floresta.
Os planos nacionais, regionais e municipais têm de considerar várias linhas de ataque ao incêndio antes de este chegar às povoações e que a água não é o único elemento, nem o mais eficaz, de combate a incêndios sobretudo nas zonas habitacionais. É indispensável o conhecimento e a preparação do terreno para o combate. Isto, passa pela prevenção e preparação prévias, pela redução e descontinuidade da massa combustível, pela existência de barreiras efectivas à progressão do incêndio, e pela existência de acessos fáceis e de cortafogos. Passa, também, por exercícios de C3I, pela formação, profissionalismo, preparação e treino dos elementos da protecção civil, dos sapadores, dos bombeiros e das entidades privadas que são chamadas a intervir, uso de meios químicos em

determinadas situações. Sem esta prevenção e preparação ocorrem descoordenações e graves falhas de comunicação, como as verificadas recentemente e em anos anteriores — exactamente nos momentos de intervenção em que é indispensável a máxima eficácia.

As nomeações para o desempenho de funções de direcção, comando e chefia nas áreas da protecção civil e da gestão de recursos tem de obedecer a rigorosos critérios de competência profissional, capacidade de comando, gestão e coordenação.

A prevenção sistemática e a fiscalização devem ser a primeira prioridade. O investimento e os esforços que se fizeram na prevenção são os mais remuneradores em termos de salvaguarda e protecção de vidas humanas, património natural, do ambiente e dos recursos económicos.

É possível que outros interesses — indústria de fogos, indústria de celuloses ou das madeiras — aproveitem o vazio criado pelo desordenamento florestal e pela falta de limpeza das matas e florestas e ainda a instabilidade orgânica e funcional ou a produção legislativa inconsistente. Desde 2006 foram aprovados mais de oitenta diplomas relacionados com incêndios florestais e a floresta.

Como lidar com o segundo factor— reduzir ou eliminar o rastilho?

Através de tratamento e limpeza das matas e terrenos abundantes em pasto e matéria inflamável,que rapidamente alimenta o fogo. Há que reduzir substancialmente a velocidade de propagação e eficácia dos rastilhos.

Passemos à ignição.

Sobre as causas naturais, por agora não temos capacidade de intervenção, mas sobre as causas humanas há muito a fazer: campanhas nacionais de informação e vigorosa intervenção junto das comunidades locais e dos cidadãos menos informados ou mais isolados que habitam nas zonas florestais, estimulando a sua organização e vigilância sobre os incendiários e sobre os comportamentos negligentes e de elevado risco dos proprietários, das pessoas em geral e dos próprios serviços públicos.

Uma prevenção cuidada e sistemática sobre os três elementos da "bomba-relógio" reduzirá substancialmente o número de grandes incêndios e o seu efeito destruidor; salvaguardará a vida humana e os bens materiais, e bem assim a actividade económica de que vive o interior do País.

CADEIA DE RESPONSABILIDADES

Vejamos agora a questão fundamental da cadeia de responsabilidades.

Não sou especialista na prevenção nem no combate a incêndios florestais e não pretendo dar lições seja a quem for. No entanto, na qualidade de cidadão empenhado, militar, servidor público interveniente e interessado no bem comum e na defesa dos direitos das comunidades e das pessoas, não posso ficar indiferente às graves falhas gerais e outras específicas que se verificam em áreas que conheço melhor: funcionamento do Estado, planeamento, projecto e prevenção da limitação de riscos e danos num meio hostil ao homem, onde a actuação tem de se pautar pela eficácia e não pela eficiência ou pelo menor custo.

Direitos Reservados

As capacidades redundantes nas comunicações e nos meios de comando e controlo são fundamentais

Responsabilidades do Estado:

As capacidades redundantes nas comunicações e nos meios de comando e controlo são fundamentais, assim como são primordiais uma sólida formação profissional, a preparação e o treino dos elementos que vão actuar no terreno e dos que exercem funções de comando e controlo, actividades cujo planeamento tem de ser desenvolvido durante o Outono e Inverno para que na Primavera e verão todos estejam prontos a actuar em situações de emergência e de *stress* continuado.

Uma área de grande importância é a da logística dos meios a utilizar: aquisição, manutenção em tempo oportuno e gestão de todos os recursos.

Naturalmente que o Estado pode recorrer ao apoio e a serviços de entidades privadas no que se refere à logística dos meios, mas não podem existir quaisquer dúvidas sobre a cadeia de

Direitos Reservados

Temos muito a aprender com os nossos vizinhos espanhóis

responsabilidade do Estado quanto à definição das características dos meios, à elaboração dos contratos de aquisição, manutenção, à qualidade da prestação de serviços, à gestão e à sua fiscalização de modo a que seja garantida a operacionalidade e eficácia dos meios previstos.
Não são admissíveis ambiguidades na cadeia de responsabilidade e unidade de comando nem tão-pouco negligências ou incompetências no âmbito da fiscalização.
Algo está muito mal quando se constata que tais situações se vêm verificando ao longo de muitos anos.

Temos muito a aprender com os nossos vizinhos espanhóis, que em território português mostraram as suas capacidades e adestramento para actuação em situação de emergência.
Os serviços de Engenharia Militar, em colaboração com as autoridades municipais, poderão mesmo ir mais longe na execução e concretização das linhas de corta-fogo e de acesos nas zonas florestais onde for considerado necessário e adequado para impedir ou travar a progressão dos incêndios e na limpeza junto das povoações usando máquinas de arrasto.
Impõe-se a utilização e rentabilização das capacidades e meios da Força Aérea para o combate a incêndios, bem como para a gestão e fiscalização de outros meios aéreos de combate a incêndios, propriedade do Estado.
É incompreensível que o Estado despenda somas muito significativas com esses meios aéreos e que não empregue os recursos, capacidades de operação, gestão e manutenção da Força Aérea Portuguesa.
Quem é responsável por tal opção ou atraso na preparação e utilização de meios e capacidades disponíveis nas Forças Armadas Portuguesas?
Porque não aprender com a experiência dos outros países?
Por que razão se recorre à externalização destes serviços, com evidente aumento de custos, efeitos nefastos sobre a motivação e prestígio dos servidores públicos, ruptura, quebra ou ambiguidade na cadeia de responsabilidades e redução da eficácia na gestão e operação dos meios?
Analisemos agora o âmbito autárquico.
Por lei a Câmaras Municipais tem de elaborar para o seu concelho planos de emergência, de prevenção e combate a incêndios e outras calamidades no âmbito da Protecção Civil. O presidente da Câmara tem responsabilidades e competências específicas e está integrado na cadeia de responsabilidades da ANPC.
Se há exemplos positivos de boas práticas de âmbito municipal que devem ser replicadas, também existem casos de incumprimento da lei.
Acresce que os incêndios, cheias e outras catástrofes não conhecem limites concelhios, distritais ou regionais. Qual é a entidade responsável e integradora dos diferentes planos distritais e regionais? Quem substituiu e assumiu as funções desempenhadas pelos governadores civis neste âmbito? A ANPC?
Ainda que as Câmaras Municipais cumpram todas as suas obrigações e se preparem para exercer em pleno as suas competências, a catástrofe ou o incêndio podem ocorrer de novo se a nível superior não forem tomadas as indispensáveis medidas de prevenção ou se não forem atribuídos os recursos financeiros e aprovados os projectos fundamentados submetidos pela autarquia.
Existem bons exemplos de gestão ambiental e de resposta por parte das Câmaras após incêndios devastadores. Citarei apenas três de que tive conhecimento nestes dias: Castro Verde, Mação (concelho de novo atingido) e Arouca, nesta última instância em ligação directa com associações cívicas do concelho e com os bombeiros locais para promoção e concretização de planos de reflorestação e de ordenamento florestal adequado, de prevenção e combate aos incêndios.
Isto, porém, não é suficiente. Tem de existir a indispensável articulação e suporte do Estado e das suas instituições e organismos responsáveis pela atribuição de recursos para prevenção, formação, treino e combate aos incêndios ou outras catástrofes.
As limitações, falhas e inércia do MAI, do MDN, dos ministérios de Agricultura, do Ambiente e da Saúde foram e são evidentes.
A responsabilidade do Estado é a maior, sendo insubstituível na salvaguarda da vida humana e do património. O Estado é o primeiro responsá-

vel na cadeia de responsabilidades, a qual tem de ser clara e sólida.
Existe igualmente uma esfera de responsabilidade, sensibilização e organização das comunidades locais, das associações de proprietários e cidadãos que residem nas áreas florestais.
Há que fomentar e estimular o associativismo de proprietários, dos moradores e dos residentes temporários com o objectivo especifico de informação, prevenção, defesa e protecção em caso de incêndio ou outra catástrofe.
Importa promover a escolha pelos habitantes de alguém que os represente e seja o primeiro ponto de contacto e informação com a entidade municipal responsável pela protecção civil.
Urge promover a mobilização dos habitantes no sentido de uma cidadania activa que combata e evite comportamentos de risco ou negligência e exerça vigilância sobre incendiários conhecidos.
Os militares de quartéis próximos, dos serviços de Engenharia Militar ou de unidades treinadas para apoio às populações podem desempenhar um papel de elevado sentido cívico nacional, na promoção da informação e esclarecimento das pessoas, bem como no apoio para a concretização da limpeza em espaços circundantes das povoações e construção de abrigos.
São muito diferentes os níveis de responsabilidade e capacidade do Estado, das autarquias, dos proprietários e de uma cidadania activa expressa em associações cívicas ou na simples atitude de cada cidadão. Não obstante, todos são indispensáveis para a prevenção e redução do número e dimensão das ocorrências.

PROTEÇÃO CIVIL

Debrucemo-nos sobre a Proteção Civil dos cidadãos e do País.
É tempo de não esquecer as lições do passado e do presente. Há que ter presentes as centenas de mortos das cheias do Ribatejo e da Baixa de Lisboa até Algés, Dafundo e vale do Jamor em Novembro de 1967, bem como os maremotos e terramotos ou erupções vulcânicas que assolaram o Continente e os Açores, as recentes inundações e incêndios na Madeira ou o acidente no aeroporto do Funchal.
Estamos preparados para responder a catástrofes semelhantes que ocorram no futuro devido a causas naturais, potenciadas pela incúria e irresponsabilidade humanas?
Dispomos de organização, planos e recursos para apoio às populações nessas situações?
A Autoridade Nacional de Protecção Civil tem capacidade e meios para o efeito?
Na década de 90 do século passado tivemos prevista e inscrita na lei de Programação Militar uma verba para a aquisição ou construção de um Navio Polivalente Logístico, meio da maior importância para apoio das populações das ilhas e do litoral continental em situação de catástrofe, ou para apoio a países irmãos, como Cabo Verde, sem esquecer as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.
Que é feito de tal projecto? Será que nos esquecemos de tais necessidades e responsabilidades, ou esperamos tranquilamente que a Espanha nos envie um dos seus navios polivalente logístico, como agora enviou vinte meios aéreos e cerca de quinhentos militares da sua Unidade Militar de Emergência?

Direitos Reservados

É tempo de exigência, eficácia e rigor. É tempo de lançar mãos à obra

Pode dar-se o caso de tal ser necessário, mas um pouco de dignidade e brio nacionais não nos ficarão mal.
É tempo de preparar melhor as nossas Forças Armadas para tais situações, criando os serviços apropriados e adquirindo os meios indispensáveis.
É tempo de a todos os níveis se assumirem as responsabilidades inerentes às respectivas funções; é tempo de exigência, eficácia e rigor.
È tempo de uma visão e uma estratégia de médio e longo prazo, tempo de desactivar e desmontar as diversas bombas-relógio semeadas no país, na sociedade portuguesa e no aparelho de Estado.
È tempo de integrar e aproveitar o saber, a experiência e disponibilidade dos especialistas, académicos e servidores públicos que felizmente existem em Portugal
Há que assumir que a salvaguarda da vida humana, do património natural e cultural são causas nacionais, como recentemente lembrou o Presidente da República.
É tempo de reflexão, debate e decisão sobre a criação de um Serviço Cívico Nacional, não apenas para acorrer a evidentes necessidades do País e da sociedade, como campanhas de informação, sensibilização e dinamização, mas sobretudo para transmitir à juventude valores essenciais numa sociedade: responsabilidade, rigor e disciplina, solidariedade e dignidade humanas, serviço público, defesa do património ambiental e cultural, do Estado democrático republicano e da sua ética.
É tempo de lançar mãos à obra.

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

CARTAS LIVROS

Alípio de Freitas

Dirigida ao presidente da Direcção da A25A, recebemos uma carta da viúva de Alípio de Freitas, Guadalupe Magalhães Portelinha, cujo teor, a seguir, se transcreve na íntegra:

"Quero agradecer em meu nome e em nome de toda a família de Alípio de Freitas a vossa solidariedade manifestada no bonito texto em sua memória que saiu na revista "O Referencial". [Edição n.º 125].

Creio que Alípio gostaria que deixássemos expresso neste agradecimento o seu propósito de toda uma vida que foi a luta incessante pela liberdade e pela dignidade dos seres humanos. Insistia que apenas o amor pela humanidade podia criar um mundo novo. Mesmo quando precisou de pegar em armas, no coração tinha sempre desfraldada a bandeira da paz e da bondade.

Em jeito de despedida, deixo aqui registadas algumas das suas palavras, uma espécie de mensagem final que o definem e reivindicam o seu lugar na constelação da Utopia: "(...) mais do que tudo sou um andarilho e um agitador social, dedicado às causas do povo. A minha Pátria é a luta do povo. O meu objetivo de vida é a construção da Utopia."

Com afeto e gratidão, os nossos melhores cumprimentos.

Pela família de Alípio de Freitas

Guadalupe Magalhães Portelinha"

"Guerra e Sociedade"

A25A

O livro "Guerra e Sociedade", Pedro de Pezarat Correia, Edições 70, 2017, foi apresentado por Viriato Soromenho Marques, no Fórum Saldanha em Lisboa, dia 13 de julho, em sessão pública promovida pelo Grupo Almedina. Na foto, na mesa, além do autor e do apresentador, reconhecem-se Suzana Ramos, representante da Almedina

CONVITES

ANS -Associação Nacional de Sargentos, Sessão-Debate no âmbito do 28.º aniversário, 20-06-2017; A Barraca, estreia da peça "Erêndira! Sim, Avó...", 30-06-2017; Câmara Municipal de Loures,; conversas com Manuel Joaquim Afonso (1807-1871 de Leiria a Lisboa o homem a política, os negócios, 24-06-2017; Teatro Multimédia Camarate/A Primeira Pedra – Cidades Invisíveis 2017, 23-06-2017; Casa-Museu Medeiros e Almeida, Editora Althum.com e Adalberto Alves, lançamento da obra "Os Indícios da Palavra", 29-06-2017; Direcção da Associação Social e Cultural de Almancil , inauguração de exposição "Puzzle" de Milai Miu e Dio Lima, 04-08-2017; Mostra/Feira de Arte, 25-06-2017; inauguração da exposição de fotografia "Re(olhar) Para Dentro" de Ana Oliveira, 07.07.2017; Edições 70, lançamento do livro "Guerra e Sociedade" do Professor Pedro de Pezarat Correia, 13-07-2017; presidente da Câmara Municipal de Almada, inauguração da exposição "Mostra de Gravura de Autores e Oficinas em Portugal", 02-09-2017; Rosa Porcelana Editora, apresentação do livro "Imprescindível Doutrina contra" de Lopito Feijóo, 23-06-2017; Aja Lisboa, visualização do filme "Cerromaior"; 23-05-2017 ; concerto "Fernanda Paula e Rodrigo Serrão tocam José Afonso", 12-07-2017; comemoração do 88.º aniversário de José Afonso, 02-08-2017; Ana Roque de Oliveira, Exposição de fotografia "De Barro se Fizeram Homens", 05-08-2017; Publicações D. Quixote, lançamento do livro "Poesis" de Maria teresa Horta, 18-07-2017; Câmara Municipal de Miranda do Douro e Editora Lema D`Origem, apresentação do livro " Escritas do Nordeste ensaios e Recensões sobre autores transmontanos" de Norberto Francisco Machado da Veiga, 29-06-2017; Câmara Municipal de Almada, lançamento do livro " Quinta dos Frades de Paço do Desembargador d`el Rei a Museu da Cidade de Almada 1366-2016" de António Policarpo, 24-06-2017; Câmara Municipal de Loures, apresentação do livro "Forte de Peniche, Memória, Resistência e Luta"; 28-06-2017; Simpósio Medicina, Investigação e Sociedade na Transição para o Século XX, 22-09-2017; evocação da memória de António Carvalho de Figueiredo, 05-08-2017; visita guiada à exposição "Loures, Narrativas de um Território", 16-09-2017; visita guiada à exposição "Intemporalidades Sonoras: o Maestro Marcos Romão dos Reis Júnior", 15-07-2017; 17.º aniversário do Museu da Fábrica de Louças de Sacavém, 07 e 08-07-2017; Centro de Estudos de Teatro, colóquio Alfredo Cortez, 22-06-2017; Círculo das Letras, exposição de Joana Veigas percorrer Lisboa, 22-07-2017; Companhia de Teatro de Almada, inauguração da exposição de Jorge dos Reis, 23-06-2017; inauguração da exposição "e até Platão tinha um corpo" de Luís Miranda, 08.07-2017; Edições Colibri, apresentação do livro "Música e História - Est. de Homenagem a Manuel Carlos Brito", 29-06-2017; apresentação do livro "Confluências de Mim" de João Lopes Serrado, 14-07-2017; apresentação do livro "Estórias do Arco da Vela" de Roberto Robles, 24-07-2017; apresentação do livro "Ao Cair da Noite" de Albertino Bragança, 28-07-2017; apresentação do livro "Vila Boim" de Rui Jesuínoro, 28-07-2017; apresentação do livro "Franco-Atirador" de Hernâni Matos, 02-09-2017; Edições Sílabo; apresentação do livro "Crianças em Situação de Rua", 29-06-2017; Embaixada de Cuba; inauguração exposição sobre a figura do Fidel, um excerto do filme "Ao Encontro de Fidel" de Oliver Stone, 11-08-2017; Museu do Neo-Realismo, o filme "As Mil e Uma Noites, O Inquieto", de Miguel Gomes, 23-06-2017; Nova Vega; apresentação do livro "Percursos da luta de Libertação Nacional - viagem ao interior do MPLA. Memórias Pessoais" de Hugo Azancot de Menezes, 25-07-2017; Farol; lançamento de livro de poemas de Maria de Lurdes Brás, 15-07-2017; FSO Oeiras – ARIA, Palestra motivacional "Quem tem coragem?", 21-07-2017; Instituto de História Contemporânea, Fundação Calouste Gulbenkian e Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Grande Guerra; inauguração da exposição "Tudo se Desmorona. Impactos culturais da Grande Guerra em Portugal", 29-06-2017; Museu Bernardino Machado, 6.ª sessão do Ciclo de Conferências de 2017, subordinado ao tema "Os partidos e as grandes questões da I República", 30-06-2017; presidente da Câmara Municipal de Oeiras, inauguração da exposição de Rui Sousa, 14-07-2017; presidente da Câmara Municipal de Sintra, cerimónia de inauguração do Aura Festival, 10-08-2017; presidente da Câmara Municipal de Peniche, inauguração de escultura – Memorial de Homenagem aos Presos Políticos da Fortaleza de Peniche, 09-09-2017; Patriarca de Lisboa e a Editora Althum, concerto de órgão na Igreja de São Vicente de Fora, 09-09-2017; José António da Silva, exposição "Variações em Terra e Mar", 08-09-2017; Ar.co – Dentro de Arte e Comunicação Visual, inauguração da exposição "Fotografia/3", 11-07-2017; inauguração da Exposição de Verão 2017, 08-07-2017; autor e Editora Althum, apresentação do livro "Boa É a Neve que em Seu Tempo Vem", da autoria de João Mendes Ramos, 11-07-2017; Livraria Centésima Página e Edições

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Alfredo Maria Ferreira de Barros (sócio efectivo); Maria de Lourdes Assunção Lobo Nunes (sócia efectivo); José Jaime Simões de Mendonça (apoiante); José da Silva Lopes (apoiante); Maximino José Vaz da Cunha (apoiante).

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

PUBLICIDADE

COMTRADIÇÃO
RESTAURANTE

Rua da Misericórdia, 95
Lisboa
Tel. + 351 213 470 114
tlm. + 351 911 157 805

email. www.com-tradicalrestaurante.com
www.com-tradicao.com

BOLETIM

Colibri, apresentação do livro "Visitas a João Borges Coelho – Leituras, Diálogos e Futuros" organizado por Sheila Khan, Sandra Sousa, Leonor Simas-Almeida, Isabel A. Ferreira Gould e Nazir Ahmed Can; 11-07-2017; Observatório sobre Crises e Alternativas (CRISALT), Colóquio Parlamentar "Novo emprego. Que emprego", 11-07-2017; Sofia Areal; inauguração da exposição de pintura "Antes, Durante e Depois", 22-07-2017; presidente da Câmara Municipal de Famalicão e coordenador científico do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, inauguração da exposição "Francisco Inácio da Cunha Guimarães (1864-1947): Um Pioneiro da Indústria Têxtil na Bacia do Ave", 08-07-2017; presidente da Câmara Municipal de Sesimbra e Comissão Organizadora de Antigos Alunos e Professores da Escola de Artes Decorativas António Arroio, inauguração da IV Exposição de Antigos Alunos e Professores da Escola de Artes Decorativas António Arroio, 04-07-2017; autores e Edições Colibri, apresentação do livro "Concelho de Tondela – Heráldica, História, Património", da autoria de Luís Ferros, Manuel Ferros e Rui do Amaral Leitão, 07-07-2017; Esfera dos Livros, apresentação do livro "História Militar de Portugal", da autoria de Nuno Severiano Teixeira, Francisco Contente Domingues e João Gouveia Monteiro, 07-07-2017.

OFERTAS À A25A

Livros:
"Liberdade na Democracia e na Economia", de David Dinis, oferta do autor; "Memórias de mar e mato" de Vítor Pereira, oferta do autor; "Capitães do fim... uma radiografia estatística", de António Inácio, oferta do autor; "100 noites com poemas", de Jorge Castro, oferta do autor; "Caligrafia intima – Poesia" de Manuel Veiga, oferta do autor; "Euritmia – Complexidade e Racionalidade numa perspectiva interdisciplinar", oferta de Victor Navalho e P. Castro; "Portugal o futuro é possível – Os novos horizontes do constitucionalismo global", oferta de Vitor Navalho; "Últimos no Leste de Angola – na retirada do Exército Português em 1975", de Jorge Machado Dias, oferta do autor; "Forças Armadas Portuguesas – A complexidade dos desafios e a condição militar", oferta da GREI (Grupo de Reflexão Estratégica Independentes); "As ausências de Deus – no labirinto da Guerra Colonial" de António Veiga; "O Advogado de Roma" e "A luta do poder contra a Maçonaria" de António Loja, ofertas do autor e da Editora Âncora.

VIAGENS DA A25A EM 2018

Em virtude das suas características, tivemos que avançar já na apresentação da primeira viagem que nos propomos realizar em 2018, que a seguir explicitamos:

ALEMANHA & GRANDE CRUZEIRO "NOITES BRANCAS" À ESCÓCIA E ISLÂNDIA

1. Data: de 22 de Junho a 06 de Julho de 2018
2. Programa: Conforme prospeto da Agência OASISTRAVEL disponível na sede da A25A para consulta.
3. Preço por pessoa:

	Grupo com o mínimo de 30 participantes	Grupo com o mínimo de 20 participantes
Em Camarote Duplo Exterior Varanda (Cat.Bella)	3.390,00€	3.520,00€
Em Camarote Duplo Exterior Varanda (Cat.Fantastica)	3.534,00€	3.660,00€
Suplemento individual Exterior Varanda (Cat.Bella)	1.836,00€	
Suplemento Individual Exterior Varanda (Cat. Fantastica)	1.980,00€	

Nota: estes valores estão sujeitos a alterações até à data de emissão dos respectivos bilhetes em caso de significativas oscilações cambiais e /ou se as taxas de aeroporto, segurança e combustível, sofrerem alterações significativas em relação às que vigoravam em 01/09/2017.

4. Reservas da viagem e pagamentos
a. As inscrições nesta viagem deverão ser feitas por escrito (e-mail ou carta) com indicação do nome completo, endereço de e-mail e número de telefone de mais fácil contacto, **até 20 de Outubro de 2017**
b. Os pagamentos a efectuarem directamente à OASISTRAVEL, deverão ser efectuados de acordo com o seguinte calendário:
- **1.º pagamento**, de 15% do valor da viagem, a efectuar **até 20 de Outubro de 2017;**
- **2.º pagamento**, de 15% do valor da viagem , a efectuar **até 20 de Dezembro de 2017;**
- **3.º pagamento**, de 20% do valor da viagem , a efectuar **até 20 de Fevereiro de 2018;**
- **4.º pagamento**, de 20% do valor da viagem , a efectuar **até 20 de Abril de 2018;**
- **5.º pagamento**, de 15% do valor da viagem, a efectuar **até 20 de Maio de 2018**
- **6.º pagamento**, de 15% do valor da viagem, mais o suplemento individual, **a efectuar até 15 de Junho de 2018**

Nota: Antes do dia 20 de Outubro de 2017, informaremos a todos os inscritos, qual os valores exactos dos pagamentos, com base no número de participantes.

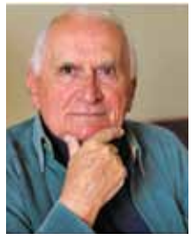
c. Instruções para pagamento:
- Por transferência bancária para a conta Santander Totta
Conta: 0008.04306709020
IBAN: PT50001800080430670902052
BIC: TOTAPTPL
(Agradece-se que sejam enviados os respectivos comprovativos ou que comuniquem à Agência o pagamento, para uma melhor identificação das mesmas)
Também podem ser feitos directamente nos escritórios desta Agência:
Largo Machado de Assis, Edifício Roma Parque, 3 - A
1700 – 115 LISBOA

5. Condições de Reserva e Prioridades
Caso haja reservas em número superior ao limite máximo de participantes, teremos que recorrer aos seguintes critérios:
- 1ª Prioridade – ser sócia(o) da A25A
- 2ª Prioridade – A ordem de recepção da inscrição

6. Cancelamentos
Está incluído no valor da viagem, um seguro que inclui o cancelamento, de acordo com as condições da respectiva Apólice. A activação deste seguro preenchida e assinada por cada participante, pelo que se alerta para a necessidade de efectuarem a entrega desta ficha, até à realização do 1.º pagamento (20 de Outubro de 2017).
Eventuais cancelamentos que não estejam cobertos pelo seguro de viagem e que não inviabilizem a concretização do grupo, estarão sujeitos às seguintes penalizações:
- Até 30 de Outubro de 2017 – **sem penalização**
- De 31 de Outubro de 2017 até 14 de Fevereiro de 2018 – **100€ por pessoa ;**
- De 15 de Fevereiro de 2018, até 17 de Março de 2018 – **25% do valor da viagem;**
- De 18 de Março de 2018, até 16 de Abril de 2018 – **40% do valor da viagem;**
- De 17 de Abril de 2018, até 25 de Maio de 2018 – **75% do valor da viagem;**
- De 26 de Maio de 2018, até à data da partida, ou não comparência – **100% do valor da viagem.**

7. Diversos
No dia 05 de Setembro de 2017, a partir das 16H00, será feita pela OASISTRAVEL, na sede da A25A, a apresentação pormenorizada desta viagem e prestados os esclarecimentos que sejam considerados necessários, para uma melhor avaliação e decisão sobre a participação.
Quaisquer dúvidas ou informações complementares deverão ser remetidas para a A25A.

AFEGANISTÃO
CEMITÉRIO DE IMPÉRIOS



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

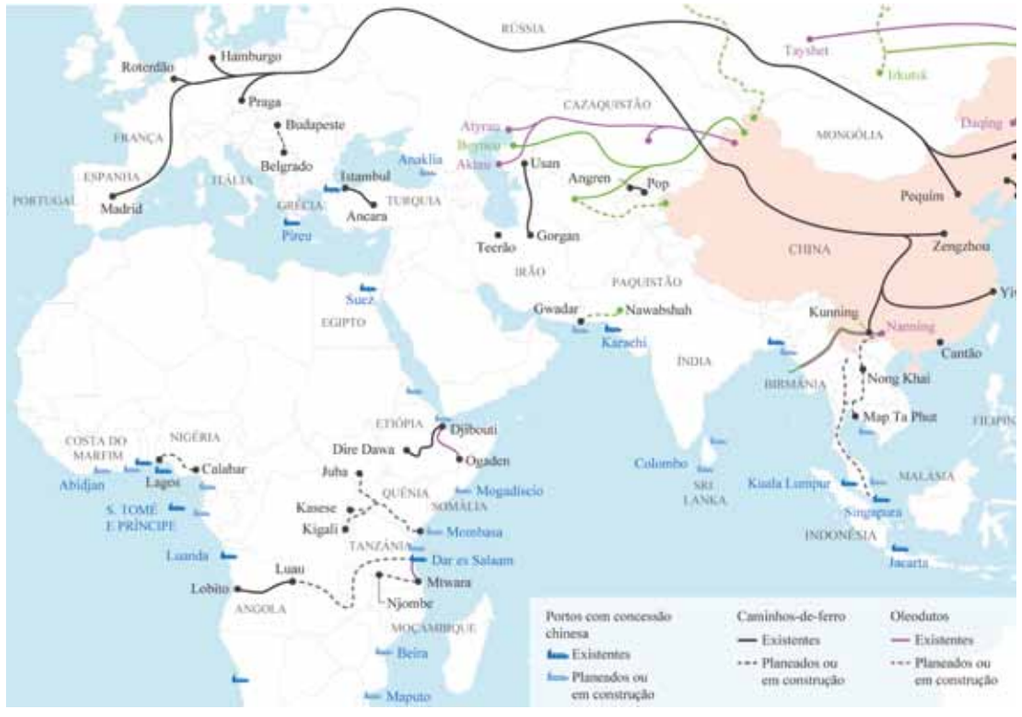
DEPOIS DAS FANFARRONICES eleitoralistas com que Donald Trump acusava a política intervencionista de Obama no Afeganistão – que provavelmente nem sabia onde ficava e o que significava –, prometendo uma "retirada acelerada" das tropas americanas se fosse eleito, pouco mais de seis meses depois de ocupar a Casa Branca anuncia, em 21 de Agosto, em discurso à nação no simbólico cemitério militar de Arlington, acelerar o envio de novos meios militares para aquele teatro de guerra (sem indicar quanto e de que tipo, segredo que, diz Trump, é a sua arma secreta). Vai ao encontro das inquietações do Pentágono, preocupado com a incapacidade que as tropas afegãs, organizadas e treinadas sob orientação americana, revelam face ao avanço dos talibans, mais ou menos apoiados pela Al Qaeda e ligados ao Daesh. Os talibans já responderam a Trump: o Afeganistão vai tornar-se um novo cemitério para os EUA.

A alusão ao cemitério pelos talibans, no Afeganistão, não é inocente. Vamos ver porquê e peço licença para me apoiar no que, sobre isto, eu próprio escrevi no meu *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*.

O Afeganistão tem-se afirmado como o "perturbador regional" permanente da Ásia Central cuja conflitualidade, ao longo da história e com destaque para os anos mais recentes, tem dominado. No essencial é uma zona que corresponde à franja sul do *heartland*, aquilo a que, na sua teoria básica de 1919, Halford Mackinder chamou *tableland*, zona sempre em disputa entre quem pretende atingir o *rimland* das monções a partir do *heartland*, ou dominar o *heartland* a partir do *rimland*.

A interioridade e a centralidade constituíram,

durante séculos, um fator de valorização da Ásia Central porque controlava as rotas terrestres que desde a antiguidade pre-cristã ligavam a Europa e o Médio Oriente ao oriente asiático, mas também as que das estepes russas procuravam atingir os mares quentes do Oceano Índico. A Ásia Central e o Afeganistão em particular dominavam a rota da seda. A partir do século XVI este fator foi-se desvalorizando com as descobertas das rotas marítimas que passaram a ligar a Europa e as costas asiáticas. Mais recentemente esta importância posicional é reforçada com a descoberta das ricas reservas de petróleo e gás natural na bacia do Mar Cáspio, cujas rotas de escoamento, em boa parte, atravessam a Ásia Central.



Milton Bearden assinou, em 2001, um interessante artigo na *Foreign Affairs*, com o sugestivo título "Afghanistan, graveyard of empires", só por si elucidativo. Segundo o autor foi aí que se esgotou a expansão do império helénico de Alexandre o Grande em 327 aC, que o império mongol atingiu os seus limites no século XIV, que durante os séculos XIX e XX a potência terrestre russa e a potência marítima britânica se confrontaram por três vezes nas guerras afegãs, o grande jogo como então ficou conhecido em que o RU, a maior potência mundial da época, sempre veria frustrado o seu objetivo de se instalar no *heartland*. Seria ainda o Afeganistão o cemitério do império russo depois prolongado pela URSS, cuja intervenção militar esteve na origem do seu recuo geoestratégico e que culminaria com a derrota na Guerra Fria.

O fim da Guerra Fria e a derrota da URSS no Afeganistão, que lhe está associada, não trouxe estabilidade para este país. Pelo contrário. Com a saída soviética as várias fações mujahedines entraram em disputa pelo poder, talibans com base nos pachtuns contra a Aliança do Norte de uzbeques e tadjiques. Os apoios externos, que paradoxalmente se haviam juntado contra os soviéticos, dividiram-se e transformaram o país num caos. Com a intervenção dos EUA, em 2001, e o início à guerra contra o terrorismo global na sequência do 11 de Setembro, a "Operação Enduring Freedom", os talibans foram expulsos do poder mas o novo Estado sobrevive apoiado nas forças militares de ocupação da OTAN e só controla, verdadeiramente, Cabul. O Afeganistão continua um Estado falhado onde os clãs, os senhores da guerra e os líderes religiosos disputam o poder e mantém o papel de perturbador regional, que tem sido sempre o seu.

O grande jogo, a disputa entre a Rússia czarista e o RU pelo controlo do Afeganistão e da Ásia Central, foi uma disputa emblemática entre a potência terrestre e a potência marítima pela afirmação do poder global, que terá inspirado Halford Mackinder na formulação das teorias que valorizaram o controlo do *heartland* como meio de detenção do poder mundial. Prolongou-se desde 1839 a 1917 comportando três períodos de conflitos mais intensos que ficaram conhecidos como as guerras afegãs, de 1839 a 1842, de 1878 a 1881 e em 1917, não tendo nunca a potência marítima logrado fixar-se na região. Em contrapartida a potência terrestre anexou as várias repúblicas turcófonas com exceção do Afeganistão, mas este ficou, de certa forma, na sua área de influência.

Na fase terminal da Guerra Fria, com a intervenção soviética no Afeganistão, a Ásia Central reapareceria com grande protagonismo e a potência terrestre liderante do bloco leste iniciaria aí o seu recuo geoestratégico, que culminaria no seu desmembramento e no desfecho da própria Guerra Fria, favorável à potência marítima. Com a retirada da URSS do Afeganistão a guerra prosseguiu em termos que passaram a identificá-la com a nova tipologia dos conflitos. Os mujahedines estavam divididos em grupos antagónicos, liderados por senhores da guerra, por chefes tribais ou líderes religiosos, que se confrontaram por causas diversas e complexas, pelo poder político, é certo, mas também por velhos ódios étnicos, pelo controlo de recursos ou movidos por influências de Estados limítrofes. O vazio do poder estatal viria a facilitar a tomada do poder pelos talibans, um grupo de fanáticos islâmicos estudantes de teologia, com apoios sólidos no Paquistão. Desde a década de 80 que o Afeganistão acolhera Ben Laden e a sede da Al Qaeda, organização terrorista internacional por ele financiada e dirigida. Com a retirada soviética e, posteriormente, com os talibans no poder, o Afeganistão torna-se o santuário da Al Qaeda e conta com o apoio do Paquistão. Mas está em conflito direto com os seus vizinhos do norte. Depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001 a Nova Iorque e Washington o Afeganistão e a Ásia Central vão tornar-se o teatro principal da guerra contra o terrorismo internacional. É uma guerra que se torna um paradigma dos novos conflitos, dissimétrica e assimétrica, de uma grande coligação clássica contra um

adversário difuso, não estatal, sem forças armadas convencionais e em que os objetivos políticos são secundários.
Para os EUA o objetivo da guerra no Afeganistão, versão século XXI, ultrapassa o combate à Al Qaeda:
- em primeiro lugar há uma afirmação de poder da hiperpotência hegemónica global; os EUA, potência marítima que rendeu o RU, instalaram-se pela primeira vez, em força, no *heartland*, onde desafiam localmente o poder do velho rival, a Rússia, potência terrestre tradicional;
- em segundo lugar, com a sua presença procura contrariar a tendência para a constituição de uma coligação asiática (ou euroasiática dada a condição transcontinental da Rússia) contra si;
- por último e não menos importante, os interesses económicos, a presença numa posição central que permite controlar os fluxos do ópio e as rotas dos hidrocarbonetos do Mar Cáspio.
A verdade é que a situação no Afeganistão não cessa de se agravar, o governo de Cabul está em colapso e os EUA não têm soluções. Apesar da morte de Ben Laden em 2011 num raid bem sucedido dos comandos marines americanos no seu refúgio no Paquistão, a Al Qaeda não desapareceu.
Recentemente surgiram dois textos que ajudam a perceber a complexidade geoestratégica pela diversidade de fatores que afetam toda a região da Ásia Central e do Afeganistão em particular.
O primeiro é um artigo do brasileiro Pepe Escobar no blog Sputnik, com o título "Afghanistan and the CIA heroin ratline", que refere um livro sobre esta matéria de Enrico Piovesana, *Afghanistan 2991-2916. La nuova guerra dell'oppio* (Ariana Editrice, 2016).
No nosso Manual de Geopolítica e Geoestratégia já tínhamos caraterizado a importância da droga na geografia política do país. Salientámos então que as estatísticas colocavam o Afeganistão na ingrata liderança dos produtores mundiais de ópio. Na viragem do milénio assegurava 80 por cento do abastecimento mundial e o seu principal destino era o ocidente. 16 anos depois do início da operação Enduring Freedom, que na narrativa hegemónica, palavras de Escobar, fora uma operação de legítima defesa após o 11 de setembro de 2001, para instalar um governo democrático em Cabul e que em 2017 prossegue, porque o Afeganistão é um ponto chave na luta contra o terrorismo, a produção de ópio subiu 25 vezes e 93 por cento do ópio traficado no mundo provém do Afeganistão. Mas esta "guerra do ópio do século XX" já não é, ou não é apenas uma guerra dos talibans.
Escobar cita um relatório do SIGAR (Special Inspector General for Afeganistan Reconstruction) que aponta uma crucial relação entre a operação Enduring Freedom e a "epidemia de heroína da América". As operações externas da CIA serão financiadas por estas receitas o que estará na base da mudança da posição de Donald Trump que passou a aceitar a "nova vaga afegã", à qual não pode opor-se porque a CIA conta com a colaboração e apoio de militares. A intervenção norte-americana no Afeganistão será um meio de financiamento que a CIA não pode dispensar.

Outro artigo é de Arthur Fouchère, "As 'rotas da seda' passam pelo Cazaquistão", publicado na edição de setembro de 2017 do *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa).
As novas rotas da seda são de iniciativa chinesa, fazem parte da agressividade económica chinesa à dimensão global, incluem grandes investimentos em caminhos-de-ferro, autoestradas, oleodutos e gasodutos e visam tornar mais seguro o transporte das suas exportações para a Ásia, Europa e África. O Cazaquistão constituirá a base essencial do traçado destas rotas e será também objeto de avultados investimentos nos seus recursos naturais. Complementarmente, mas não menos importante para Pequim, visa assegurar um maior controlo sobre os uígures (turcófonos e islâmicos) do Xingiang, a região autónoma mais ocidental e periférica da RPC, sujeita a uma ameaça de influência do islamismo internacional que suscita preocupações em Pequim.
O autor considera que a presença chinesa no Cazaquistão é uma parceria estratégica que alivia a dependência de Astana em relação a Moscovo, que recebe compensações por outras vias. E refere uma análise de René Cagnat, segundo a qual neste "muito grande jogo" se instalou uma espécie de condomínio disfarçado exercido pela China e pela Rússia no essencial da Ásia Central, ao mesmo tempo que as ambições norte-americanas estagnam.
Se bem que estes projetos não passem objetivamente pelo Afeganistão, passam pelas suas imediações nos países turcófonos que tem aí interesses diretos pela influência dos prolongamentos étnicos. A RPC, a grande potência regional da atualidade com ambições a tornar-se uma superpotência global, não é indiferente ao que se passa no Afeganistão.
Numa era em que se fala insistentemente do "século da Ásia" (ver "Jango" em *O Referencial* N.º 124 de Janeiro-Março 2017), o Afeganistão vai manter-se no centro das atenções.

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)· Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço|**Director:** Martins Guerreiro|**Conselho Editorial:** Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço|**Editor:**José António Santos|**Fotografia:** A. Belo, Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa|**Desk:** António Belo |**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* \ **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

DELTA CAFÉS

O CAFÉ DA SUA VIDA ♥

PROVADO COM DISTINÇÃO.

Produzir um café de qualidade dá muito trabalho, mas também dá prémios. E a prova está aqui: a Delta voltou a ser distinguida com os prémios "Marca de Confiança" (16º ano consecutivo), "Escolha do Consumidor" (5º ano consecutivo) e "Prémio 5 Estrelas" (3º ano consecutivo). **Obrigado pela sua preferência e continue a saborear a vida na nossa companhia, com distinção.**

MARCA PREMIADA POR ESCOLHA CONSUMIDOR '17

votado pelos leitores MARCA DE CONFIANÇA 2017 Selecções do Reader's Digest

PRÉMIO CINCO ESTRELAS 2017

Montepio Geral Associação Mutualista • IPSS . DGSS n.º 2/81
NIPC 500756581 . Rua Áurea, 219, 241 . Apartado 72282 . P. C. Socorro 1147-501 Lisboa